



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA VITÓRIA ARAÚJO VASCONCELOS

**CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS EM PARNAÍBA-PI E O SEU
IMPACTO NO SALÁRIO MÍNIMO: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE PREÇOS EM
2024 E 2025**

Parnaíba-PI
2025

MARIA VITÓRIA ARAÚJO VASCONCELOS

CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS EM PARNAÍBA-PI E O SEU IMPACTO
NO SALÁRIO MÍNIMO: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE PREÇOS EM 2024 E 2025

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a Dra Carolina Silva Ribeiro

Parnaíba - PI
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

V331c Vasconcelos, Maria Vitória Araújo
Custo da cesta básica de alimentos em Parnaíba-PI e o seu impacto no salário mínimo: uma análise do nível de preços em 2024 e 2025 [recurso eletrônico] / Maria Vitória Araújo Vasconcelos. – 2025.
55 f.

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2025.
Orientação: Profª. Dra. Carolina Silva Ribeiro.

1. Cesta Básica. 2. Salário Mínimo. 3. Segurança Alimentar - Parnaíba. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDD: 332

MARIA VITÓRIA ARAÚJO VASCONCELOS

CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS EM PARNAÍBA-PI E O SEU IMPACTO
NO SALÁRIO MÍNIMO: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE PREÇOS EM 2024 E 2025

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Campus Ministro Reis Velloso, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Carolina Silva Ribeiro

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Parnaíba - PI
2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me sustentou e me fortaleceu em todo momento de cansaço e incertezas, sem Ele, nada disso seria possível.

A toda minha família e em especial minhas irmãs, que estiveram ao meu lado e me apoiaram em toda decisão.

A minha mãezinha, que segurou minha mão desde o início dessa jornada, acreditou em mim mesmo quando eu duvidei, foi meu alicerce nos dias mais difíceis e quando tudo parecia que não ia dar certo, foi ela que me fez não largar tudo e seguir até o fim.

Aos meus amigos, que me mostraram o real significado de que, nossa casa é onde o nosso coração está. Se tornaram minha segunda família, me acolheram, me ajudaram e me fizeram rir quando mais precisei. Obrigada por tornarem essa caminhada mais leve e significativa.

Ao meu namorado, que mesmo distante, se fez presente diariamente, me ajudando em literalmente tudo que eu precisava e me motivando a cada dia.

A minha orientadora, pela paciência, dedicação e valiosas contribuições para me ajudar em todo esse processo.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, deixo registrado aqui minha mais sincera gratidão.

“Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e
ele o fará”.

(Salmo 37:5)

RESUMO

O presente estudo analisa a viabilidade do salário mínimo em garantir a aquisição da cesta básica e assegurar a segurança alimentar da população de Parnaíba-PI. A pesquisa considerou os preços mensais da cesta básica no período de novembro de 2024 a maio de 2025, além da comparação entre o salário mínimo vigente e o salário mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Para isso, foi realizada coleta e análise de dados primários e secundários, com destaque para a coleta de preços realizada em visitas presenciais a supermercados de Parnaíba, permitindo calcular o custo real da cesta básica no município. Posteriormente, também foi feita a avaliação nutricional da composição da cesta, com base em estudos anteriores e nas recomendações de ingestão dietética, a fim de analisar sua adequação em relação à segurança alimentar. Os resultados das visitas demonstraram que o custo da cesta básica comprometeu aproximadamente 40% do salário mínimo mensal e que o salário mínimo necessário foi, em média, cinco vezes superior ao valor nominal. A análise nutricional evidenciou desequilíbrios na composição da cesta, com excesso de calorias e deficiência de nutrientes essenciais como cálcio e vitamina A. Além disso, observou-se uma variação significativa nos preços de alguns produtos, como café e tomate, o que impactou diretamente o orçamento das famílias locais. Apesar da atuação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, os dados mostram que ainda existem desafios para garantir o acesso pleno e adequado à alimentação, destacando a necessidade de políticas mais eficazes e de revisão da composição da cesta básica.

Palavras-chave: Cesta Básica; Salário Mínimo; Segurança Alimentar; Parnaíba; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the feasibility of the minimum wage in ensuring the acquisition of the basic food basket and guaranteeing food security for the population of Parnaíba-PI, Brazil. The research considered the monthly prices of the basic food basket from November 2024 to May 2025, as well as a comparison between the current minimum wage and the necessary minimum wage calculated by the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE). For this purpose, primary and secondary data were collected and analyzed, with emphasis on price data gathered through in-person visits to supermarkets in Parnaíba, allowing for the calculation of the actual cost of the basic food basket in the municipality. Subsequently, a nutritional evaluation of the basket's composition was conducted based on previous studies and dietary intake recommendations, in order to assess its adequacy in relation to food security. The results showed that the cost of the basic food basket consumed approximately 40% of the monthly minimum wage, and that the necessary minimum wage was, on average, five times higher than the nominal wage. The nutritional analysis revealed imbalances in the composition of the basket, with an excess of calories and deficiencies in essential nutrients such as calcium and vitamin A. Furthermore, significant price variations were observed for certain products, such as coffee and tomatoes, directly impacting the budgets of local families. Despite the existence of public policies aimed at food security, the data demonstrate that challenges remain in ensuring full and adequate access to food, highlighting the need for more effective policies and a revision of the basic food basket's composition.

Keywords: Basic Food Basket; Minimum Wage; Food Security; Parnaíba; Public Policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade per capita dos alimentos da população brasileira da Região 2, conforme a Cesta Básica⁴⁴

Tabela 2 – Valor da cesta básica, Parnaíba, Novembro 2024⁵³

Tabela 3 – Valor da cesta básica, Parnaíba, dezembro 2024⁵³

Tabela 4 – Valor da cesta básica, Parnaíba, fevereiro 2025⁵⁴

Tabela 5 – Valor da cesta básica, Parnaíba, março 2025⁵⁴

Tabela 6 – Valor da cesta básica, Parnaíba, abril 2025⁵⁴

Tabela 7 – Valor da cesta básica, Parnaíba, maio 2025⁵⁵

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alimentos regionais e valores produtivos para a cesta básica²³

Quadro 2 – Alimentos regionais e valores produtivos da Região ²²⁸

Quadro 3 – Políticas, programas, benefícios, serviços e ações e o Sistemas usados⁴²

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Parnaíba no Piauí 26

Figura 2 – Fluxo geral da pesquisa 25

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto per capita de Parnaíba, 2010 a 2021 31

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto per capita por municípios, 2010 a 2021 32

Gráfico 3 – Admissões, demissões e média salarial de Parnaíba de 2020 a 2024 33

Gráfico 4 – IDHM de Parnaíba 34

Gráfico 5 – Valor da cesta básica de Parnaíba, novembro/2024 a maio/2025 36

Gráfico 6 – Percentual da cesta básica de Parnaíba em relação ao salário mínimo 37

Gráfico 7 – Valor da cesta básica de Parnaíba em relação ao valor do salário mínimo 37

Gráfico 8 – Salário mínimo nominal e necessário 38

Gráfico 9 – Variação dos produtos na cesta básica de Parnaíba, novembro/2024 a maio/2025 39

LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBA	Cesta básica alimentar
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPRO	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DRI	Dietary Reference Intake (Ingestão Dietética de Referência, DRI, do inglês)
EAR	Estimated Average Requirement (Estimativas do requerimento médio, EAR, do inglês)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Custo de Vida
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPA	Índice de Preços ao Produtor Amplo
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
RPV	Variabilidade dos Preços Relativos
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos Sociais
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário mínimo
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
VCB	Valor da Cesta Básica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2.	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	Comportamento dos preços: Inflação	17
2.2	Salário mínimo e o bem-estar das famílias de baixa-renda	20
2.3	Cesta básica nacional	22
3.	METODOLOGIA	25
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	Caracterização da área de estudo	31
4.2	Custo da cesta básica em Parnaíba e o impacto no salário mínimo	35
4.3	Segurança alimentar, políticas públicas e a composição da cesta básica	40
5.	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE – VALORES DA CESTA BÁSICA DE PARNAÍBA, NOVEMBRO/2024 A MAIO/2025	53

1 INTRODUÇÃO

O salário mínimo no Brasil foi instituído como uma política pública de proteção social em 1940, com o objetivo de garantir ao trabalhador uma remuneração mínima capaz de atender suas necessidades essenciais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, IV). Esse instrumento de proteção social tem como principal função assegurar condições mínimas de vida digna para os trabalhadores e suas famílias, contemplando áreas como alimentação, saúde, educação, moradia, lazer e transporte. Contudo, a eficácia do salário mínimo em cumprir esse papel tem sido debatida no contexto de aumento do custo de vida em diferentes regiões do país.

A inflação, definida como o aumento contínuo e generalizado dos preços na economia, é um dos fatores mais determinantes para a elevação do custo de vida, impactando especialmente itens essenciais, como os componentes da cesta básica de alimentos. No Brasil, índices como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) são utilizados para medir essas variações e acompanhar os efeitos sobre o poder aquisitivo das famílias. Conforme Assaf Neto (2018), a inflação resulta em uma perda constante do valor de compra da moeda, o que reduz o poder aquisitivo dos indivíduos na economia. Uma das consequências mais graves desse fenômeno é a diminuição da capacidade de consumo das famílias de baixa renda, que utilizam a totalidade de seus ganhos para cobrir despesas essenciais.

Para trabalhadores que recebem o salário mínimo, a inflação é particularmente sensível, pois grande parte da renda é destinada ao consumo de bens básicos, cujo preço tende a aumentar de forma desproporcional em momentos de alta inflacionária. Entre as necessidades básicas previstas pela legislação, a alimentação assume um papel primordial, e a cesta básica de alimentos é um indicador importante para medir o custo de vida. Ela reflete o conjunto de produtos alimentícios essenciais para garantir a nutrição adequada de um indivíduo, estabelecido com base nos hábitos alimentares e na composição nutricional definida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (Santana et al., 2020).

Entretanto, o valor dessa cesta tem sofrido variações significativas em razão de fatores como inflação, sazonalidade dos produtos, além da oferta e demanda no mercado local. Esses fatores impactam diretamente o preço dos alimentos, afetando especialmente as populações de baixa renda, que dependem do salário mínimo para sua subsistência. De acordo com os dados mais recentes sobre negociações salariais no Brasil, publicados no boletim do DIEESE, em

outubro de 2024, cerca de 70% dos reajustes salariais registrados superaram a inflação medida pelo INPC-IBGE, enquanto 24,7% ficaram alinhados à inflação e apenas 3,3% abaixo dela (DIEESE, 2024). Esses números indicam uma tendência de desaceleração no ganho real médio dos reajustes, que alcançou 0,89% naquele mês, em comparação com resultados mais expressivos observados em períodos anteriores, conforme DIEESE (2024). A evolução dos reajustes reflete o impacto da inflação, evidenciando desafios para trabalhadores de menor renda, cuja subsistência depende de ajustes salariais periódicos.

Esse cenário demanda uma análise dos efeitos da inflação e do custo da cesta básica sobre a renda familiar, especialmente em localidades como Parnaíba, onde fatores econômicos locais podem intensificar essas dificuldades. No contexto da cidade de Parnaíba, localizada no litoral piauiense, as famílias enfrentam desafios adicionais relacionados ao acesso a produtos da cesta básica, levando em consideração a oscilação dos preços desses produtos, juntamente devido à sua localização geográfica e à vulnerabilidade econômica da região. O estado do Piauí, embora tenha registrado avanços em alguns indicadores sociais nas últimas décadas, continua entre os estados com maiores índices de pobreza e desigualdade social no Brasil (Lemos, 2021).

Essa realidade impõe uma pressão ainda maior sobre os trabalhadores que recebem o salário mínimo, visto que grande parte de sua renda é destinada à compra de alimentos, especialmente considerando que, segundo estimativas do DIEESE, em janeiro de 2025, o custo médio da cesta básica comprometeu cerca de 56% do novo piso salarial nacional de R\$ 1.518,00 (PORTAL CORREIO, 2025). Diante disso, questiona-se: o salário mínimo recebido pelo trabalhador em Parnaíba é suficiente para garantir sua segurança alimentar, considerando o custo mensal da cesta básica de alimentos? Parte-se da hipótese de que o salário mínimo não é economicamente suficiente para garantir a segurança alimentar da população trabalhadora, uma vez que parcela significativa da renda é comprometida com a aquisição da cesta básica, restando recursos limitados para suprir outras necessidades essenciais.

Do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução mensal dos preços da cesta básica de alimentos em Parnaíba, bem como o gasto mensal despendido pelo trabalhador para a aquisição da cesta de acordo com o salário mínimo vigente. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) calcular o valor mensal da cesta básica de alimentos no município de Parnaíba; (2) analisar o impacto do custo da cesta básica sobre o salário mínimo vigente; (3) investigar o comportamento dos preços médios dos produtos que compõem essa cesta ao longo do período proposto pelo trabalho; e (4) realizar a caracterização socioeconômica do município de Parnaíba. Ao adotar essa abordagem, o estudo contribuirá para o entendimento dos desafios

enfrentados pelas famílias de baixa renda e para o debate sobre a adequação do salário mínimo às necessidades básicas da população brasileira.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na Seção 2, é apresentada a revisão de literatura, que aborda inicialmente o comportamento dos preços e o impacto da inflação, seguida pela discussão sobre o salário mínimo e seu papel no bem-estar das famílias de baixa renda. A Seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo, detalhando o levantamento de dados e a análise aplicada. Já a Seção 4, é dedicada aos resultados e discussões, com a análise do custo da cesta básica na cidade e seu impacto sobre o salário mínimo, e a relação entre políticas públicas, segurança alimentar e a composição da cesta básica. O trabalho é concluído na Seção 5, onde apresenta-se as considerações finais, incluindo as principais conclusões do estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Comportamento dos preços: Inflação

Pode-se entender a inflação como sendo um fenômeno econômico que se manifesta pela elevação generalizada e contínua do nível de preços em uma economia, que vai reduzindo aos poucos o poder de compra da moeda. Conforme Souza (1992), a característica de "generalizada" implica que, ainda que alguns preços possam se manter estáveis ou até reduzir em determinados períodos, a regra geral é que ocorre o aumento da maioria dos preços que compõem o índice de medição. Além disso, a inflação não deve ser confundida com flutuações temporárias provocadas por mudanças na oferta e demanda de mercado, pois seu caráter é estrutural e persistente.

Para calcular a inflação, são utilizados índices gerais de preços que funcionam como ferramentas estatísticas essenciais. Segundo Pinho e Vasconcellos (2003, p. 352), um número-índice de preços pode ser entendido como uma estatística utilizada para medir a variação relativa dos preços de um conjunto de bens e serviços ao longo de determinados períodos. Esses índices permitem acompanhar a evolução dos preços e analisar o impacto econômico da inflação sobre o poder aquisitivo.

As causas clássicas da inflação podem ser divididas em dois tipos principais: inflação de demanda e inflação de custos. A inflação de demanda ocorre quando há excesso de demanda agregada em relação à capacidade produtiva disponível, ou seja, há mais moeda em circulação do que bens disponíveis. Como afirmam Pinho e Vasconcellos (2003, p. 339), "refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível". Já a inflação de custos "está associada ao aumento dos custos de insumos, que são repassados aos consumidores, resultando em uma redução da oferta agregada" (Pinho e Vasconcellos, 2003, p. 341).

Além disso, foi desenvolvida na América Latina, pelos cepalinos¹, a teoria estruturalista, que aborda a inflação em países subdesenvolvidos como resultado de tensões de custos relacionadas a deficiências estruturais e também relaciona a conflitos distributivos. Souza (1992, p. 21) observou que a inelasticidade da oferta de alimentos é um fator relevante, pois o aumento da demanda por alimentos é impulsionado pelo crescimento urbano e da renda, não acompanhado por uma resposta proporcional da oferta. Segundo Pinho e Vasconcellos

¹ Os cepalinos são os teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A CEPAL é uma comissão econômica regional da ONU.

(2003, p. 345), a elevação dos preços dos alimentos pode desencadear uma espiral inflacionária, pois os trabalhadores reivindicam reajustes salariais para compensar a perda de poder aquisitivo, o que aumenta os custos de produção e perpetua o ciclo inflacionário.

Historicamente, a análise da inflação é voltada para o entendimento das dinâmicas macroeconômicas, porque envolve não só a variação média dos preços, como também a variabilidade dos preços relativos, aspecto esse que influencia diretamente a alocação de recursos e o bem-estar econômico. Vários estudos empíricos têm analisado a relação entre inflação e a variabilidade dos preços relativos (RPV). Pesquisas clássicas, como as de Mills (1927) e Parks (1978), estabeleceram as bases para a compreensão do impacto da inflação na distribuição de preços no mercado. Posteriormente, Fischer (1981) e Parsley (1996) expandiram esses estudos ao identificarem uma correlação positiva entre inflação e RPV. Choi (2010) aprofundou a análise ao reafirmar essa relação, ressaltando sua importância na formulação de políticas econômicas.

A literatura destaca a relevância de metodologias robustas para a determinação do RPV (Mills, 1927; Fischer, 1981; Choi, 2010). Balk (1983) argumenta que o nível de agregação dos dados pode alterar significativamente as conclusões estatísticas dos parâmetros. Nessa lógica, outros estudos recentes empregam níveis máximos de desagregação na análise de índices de preços, como o IPCA e o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), para refletir com maior precisão as dinâmicas inflacionárias. No Brasil, Gomes da Silva e Boaretto (2018) analisaram a relação entre inflação e RPV no período de julho de 1999 a maio de 2017, utilizando o modelo Espaço de Estado e o Filtro de Kalman. Os autores concluíram que a variabilidade da inflação é estatisticamente significativa para explicar a variabilidade relativa dos preços. Além disso, identificaram que essa relação era mais comentada em períodos específicos, com uma maior relevância antes de 2003 e após 2015. O comportamento desses parâmetros variáveis no tempo se mostrou crucial e também destacou a instabilidade nos resultados obtidos por modelos de tempo fixo.

Com a implantação do Plano Real, o Brasil iniciou o uso do regime de metas de inflação como uma forma de estabilizar a economia e controlar a alta nos preços. Essa estratégia tem como base o IPCA, que é utilizado para divulgar e medir as variações nos valores dos produtos, ajudando a conter a inflação de forma mais eficiente (Carvalho, 2009). Segundo Neto (2007), o Sistema de Metas de Inflação² se consolidou como uma importante ferramenta de política

² O sistema de metas de inflação, adotado no Brasil desde 1999, é uma estratégia de política monetária onde o Banco Central define metas de inflação para um período futuro, estabelecidas pelo governo e/ou parlamento, e busca atingi-las.

monetária, sendo capaz de manter os preços próximos dos limites pré-estabelecidos, mesmo diante de cenários econômicos desafiadores. Essa abordagem promoveu avanços ao trazer maior previsibilidade e confiança para os agentes econômicos, ao mesmo tempo que reduziu a volatilidade no comportamento dos preços.

O IPCA é o indicador oficial utilizado pelo Governo Federal para acompanhar as metas de inflação no Brasil. Esse indicador é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1979, e mede a variação no custo de vida de famílias com rendimentos entre 1 e 40 salários mínimos mensais, abrangendo onze regiões metropolitanas (Matias-Pereira, 2013). Os índices de inflação são ferramentas utilizadas para avaliar as variações nos preços de determinados produtos em regiões específicas, com base no histórico de preços levando em consideração um ano-base. Esse cálculo resulta em uma taxa percentual conhecida como inflação (Froyen, 1999). No entanto, devido às frequentes flutuações, identificar indicadores que retratem a inflação com perfeição é uma tarefa complexa, pois diversos elementos influenciam esse processo (Triches; Furlaneto, 2005). Além disso, existem diferentes índices que analisam a inflação em etapas distintas da economia, como o atacado, o varejo e a construção civil, abrangendo tanto a produção quanto a comercialização (Lourenço; Romero, 2002).

Assato et al. (2022), em sua pesquisa sobre o impacto da inflação no consumo dos produtos da cesta básica no município de Araçatuba, em São Paulo, analisaram os efeitos da inflação nos preços dos alimentos essenciais. O trabalho combinou levantamento bibliográfico com pesquisa de campo por meio de questionários eletrônicos, mostrando que a inflação reduziu significativamente o poder de compra da população local, principalmente durante a pandemia. Como estratégia de adaptação, os entrevistados descreveram a adoção de medidas paliativas, como por exemplo a substituição de marcas e redução de quantidades obtidas. Esses resultados demonstraram que municípios não metropolitanos, enfrentam desafios similares aos de Parnaíba-PI quanto ao impacto da inflação na cesta básica

Gomes Filho e Brum (2022) compararam os preços da cesta básica entre Osório e Porto Alegre. Os pesquisadores verificaram que a cesta básica em Osório era 1,23% mais cara do que na capital Porto Alegre. Este trabalho é particularmente significativo por destacar a importância de estudos locais sobre o custo da cesta básica, já que, como apontam os autores, as cidades do interior geralmente ficam excluídas dos cálculos oficiais dos índices inflacionários. Essa pesquisa reforça a necessidade de análises regionalizadas como a proposta neste trabalho para Parnaíba, uma vez que os valores oficiais calculados para capitais podem não refletir adequadamente a realidade de cidades menores. O estudo de Gomes Filho e Brum (2022)

apresenta resultados relevantes para a discussão sobre disparidades regionais no custo da cesta básica, sendo comparados diretamente quando se reflete no poder de compra do salário mínimo, criando impactos reais no cotidiano das famílias de menor renda.

2.2 Salário mínimo e o bem-estar das famílias de baixa-renda

A relação entre inflação e o impacto que ela traz no salário mínimo, tem profundas consequências no bem-estar das famílias de baixa renda. De acordo com Fiorencio e Moreira (2002), os índices inflacionários podem variar de forma significativa e não afetam todas as regiões, produtos ou setores da mesma maneira. Enquanto algumas mudanças são generalizadas, outras podem ser temporárias ou específicas de determinados segmentos, criando assim um cenário de desigualdade no impacto sobre o poder aquisitivo das famílias.

Essa vertente é particularmente desafiadora para a população de baixa renda, que enfrenta dificuldades adicionais em razão da desigualdade no comportamento dos preços. Vasconcellos e Garcia (2011) ressaltam que a taxa de variação dos preços difere entre diversos bens e serviços, impactando de maneira mais acentuada os produtos essenciais.

As famílias de menor poder aquisitivo são muito vulneráveis, pois os salários, regularmente fixos e ajustados apenas em negociações coletivas, com sindicatos e trabalhadores, não acompanham o crescimento dos preços gerais. Essa defasagem reduz ainda mais o orçamento destinado à subsistência, intensificando o impacto da inflação sobre os itens básicos de consumo.

No entanto, essa proteção ao salário mínimo no Brasil não é um fenômeno recente. A redemocratização do Brasil, que se consolidou com o término do regime militar, trouxe transformações marcantes no campo jurídico e social. A Constituição Federal de 1988, proporcionou avanços significativos no modelo de Estado de Bem-Estar Social. Essa Carta Magna devolveu direitos e garantias essenciais ao Estado Democrático, incluindo o conceito de seguridade social no país. A seguridade social é composta por três pilares: saúde, assistência social e previdência, conforme foi definido no Artigo 194 da Constituição. Esse sistema é guiado pelo princípio da universalidade, que busca atender a todas as situações de vulnerabilidade social e proteger os cidadãos de maneira ampla e inclusiva (Gentil, 2006).

Ademais, a Constituição de 1988 estabeleceu o salário mínimo como o valor fundamental para a concessão dos benefícios previdenciários e assistenciais. De acordo com DIEESE (2010), como o salário mínimo foi definido pela Constituição como o montante

necessário para garantir a subsistência de uma família, seria incoerente não utilizá-lo como piso para esses benefícios. Dessa forma, a política de reajuste do salário mínimo impacta não apenas os trabalhadores diretamente, como também a estrutura da seguridade social, ampliando as despesas e o número de benefícios que seguem esse padrão.

A origem da inflação se torna outro ponto relevante pois varia de acordo com as características específicas de cada economia. Vasconcellos e Garcia (2011) apontam fatores como a estrutura de mercado, a capacidade das associações sindicais de reivindicar aumentos salariais e o grau de abertura ao comércio exterior como sendo determinantes importantes. Mercados mais competitivos tendem a reduzir os preços devido à maior concorrência, enquanto economias menos abertas enfrentam dificuldades em controlar os custos.

Além do efeito direto nos salários e nos preços, a inflação também traz consequências econômicas mais amplas. Segundo o Banco Central do Brasil (2019), as classes de baixa renda são as mais prejudicadas, já que a perda do poder de compra aumenta a desigualdade econômica. Apesar disso, o impacto da inflação não se limita somente às famílias; ele afeta toda a economia, trazendo assim incertezas que atrapalham os investimentos e prejudicam o crescimento. Alguns exemplos práticos podem incluir o aumento do custo da dívida pública, motivado pela elevação das taxas de juros, e a dificuldade enfrentada por consumidores e empresas em identificar preços médios, gerando instabilidade nos mercados. Por outro lado, temos a visão de Mankiw (2011) que apresenta uma perspectiva diferente quando sugere que uma inflação moderada, na faixa de 2% a 3% ao ano, pode ser benéfica. Segundo Mankiw, um nível controlado de inflação ajuda a equilibrar os salários e os preços, prevenindo assim situações de inflação zero que poderiam aumentar o desemprego ao deixar a renda acima do ponto de equilíbrio. Nesse sentido, a inflação desempenha um papel regulador na relação entre a demanda e os rendimentos dos trabalhadores.

Rambalducci e Feltrin (2017) analisaram a evolução do poder de compra do salário mínimo no Brasil, de 2003 a 2017, em relação à inflação da cesta básica nacional em Londrina. Os autores pesquisaram, especificamente, a capacidade do salário mínimo em acompanhar o custo da cesta básica em Londrina/PR, utilizando como parâmetro o INPC. Sua análise revelou que, embora no período inicial (2003-2008) tenham sido observados ganhos reais médios de 1,6% ao ano, nos anos subsequentes até 2017 os reajustes apenas repuseram o poder de compra, sem aumentá-lo. Este trabalho é sobretudo significativo por demonstrar que mesmo em períodos considerados de valorização do salário mínimo nacional, os ganhos reais frente ao custo específico da alimentação básica foram limitados, especialmente após 2008.

Alcântara et al. (2025) analisaram a evolução do comprometimento do salário mínimo

(SM) pela cesta básica alimentar (CBA) no Brasil entre 2000 e 2023. Utilizando um modelo de regressão log-log, os autores demonstraram que, embora tenha havido uma redução no percentual do SM comprometido com a CBA ao longo do tempo, esse valor ainda se mantém elevado, em torno de 50% nacionalmente. No entanto, os resultados revelaram assimetrias regionais significativas: enquanto no Nordeste o comprometimento foi menor, nas regiões Norte e Centro-Oeste o impacto foi mais acentuado. Essas descobertas reforçam a necessidade de políticas públicas diferenciadas que considerem as fragilidades regionais, especialmente em cidades como Parnaíba a qual é objeto do presente estudo, onde fatores locais podem intensificar as disparidades.

Em outro estudo, Paula, Soares e Bonfim (2011) analisaram a variação do custo da cesta básica em São Sebastião do Paraíso-MG entre novembro de 2010 e abril de 2011, seguindo a metodologia do DIEESE. Os resultados mostraram que o salário mínimo vigente na época era insuficiente para cobrir não apenas a cesta básica, mas também os demais custos de vida de uma família de quatro pessoas. Além disso, os autores calcularam a quantidade de horas trabalhadas necessárias para adquirir os itens da cesta, evidenciando a pressão sobre o orçamento das famílias de baixa renda. A comparação com os dados do DIEESE revelou disparidades significativas, confirmando a necessidade da abordagem metodológica adotada neste estudo.

2.3 Cesta básica nacional

A definição do salário mínimo e da cesta básica no Brasil remonta ao Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Esse Decreto estabeleceu que o salário mínimo deve garantir ao trabalhador adulto, independentemente do gênero, uma remuneração suficiente para atender às suas necessidades essenciais, incluindo alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1938). A cesta básica mensal, também regulamentada pelo mesmo decreto, é composta por alimentos selecionados com base em seus valores nutritivos, de modo a assegurar uma dieta equilibrada em proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo, adaptada às particularidades regionais.

Conforme o DIEESE, a composição da cesta básica varia entre as regiões do Brasil, refletindo diferenças nos hábitos alimentares e na disponibilidade de produtos. O Quadro 1, apresenta as quantidades mensais de alimentos por região e para o âmbito nacional, com base nos critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 399:

Quadro 1 – Alimentos regionais e valores produtivos para a cesta básica

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6 kg	4,5 kg	6,6 kg	6 kg
Leite	7,5 l	6 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3 kg	3,6 kg	3 kg	3 kg
Farinha	1,5 kg	3 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6 kg	-	6 kg	6 kg
Legumes (tomate)	9 kg	12 kg	9 kg	9 kg
Pão francês	6 kg	6 kg	6 kg	6 kg
Café em pó	600 g	300 g	600 g	600 g
Frutas (banana)	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3 kg	3 kg	3 kg	3 kg
Banha/óleo	750 g	750 kg	900 g	1,5 kg
Manteiga	750 g	750 g	750 g	900 g

Fonte: Brasil, 1938. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

As regiões foram classificadas de acordo com suas particularidades: na Região 1 estão os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e o Distrito Federal; a Região 2 abrange os estados do Norte e Nordeste; a Região 3 compreendem-se os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e, no âmbito nacional, são apresentados os dados da cesta básica média para a massa trabalhadora em atividades diversas, abrangendo todo o território nacional.

Desde 1959, o DIEESE realiza pesquisas mensais para monitorar os preços dos itens que compõem a cesta básica. Essas informações são usadas como base para calcular o Índice de Custo de Vida (ICV) e estimar o salário mínimo necessário para atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família (Santana et al., 2020).

O impacto da inflação sobre os preços da cesta básica é particularmente severo para as famílias de baixa renda. Segundo Baccarin e Oliveira (2021), a alta dos preços dos alimentos compromete uma parcela significativa da renda desses grupos, o que pode resultar em menor consumo de alimentos ou na substituição por opções menos nutritivas. Durante a pandemia de Covid-19, esse cenário se agravou devido ao aumento do desemprego e à redução da renda média, ampliando os índices de insegurança alimentar no país.

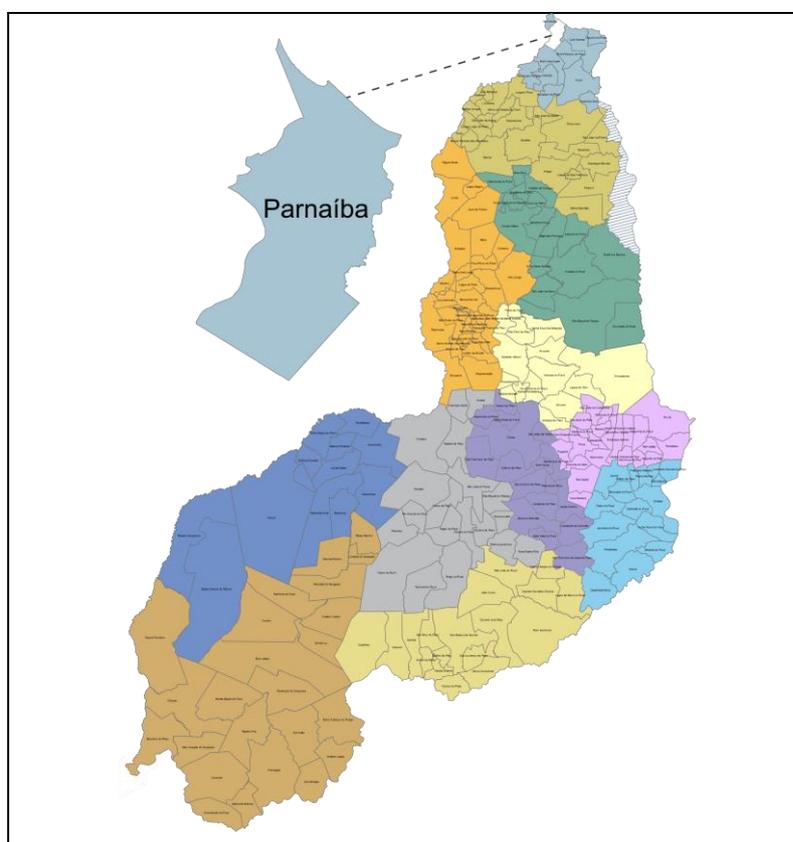
Além disso, estudos como o de Genuino e Olivera (2025), destacam a importância de analisar o custo da cesta básica em diferentes cidades. Em Cáceres-MT, por exemplo, o aumento médio da cesta básica entre abril e setembro de 2024 foi de R\$7,97, concentrado principalmente em itens como carne, pão e frutas, que juntos representaram 54% do custo total. A aplicação da Curva ABC³ revelou que esses produtos têm o maior impacto no orçamento das famílias, reforçando a necessidade de políticas públicas que controlem os preços dos alimentos essenciais.

³ A Curva ABC é um método de gestão que classifica itens (produtos, clientes, atividades, etc.) em três categorias (A, B e C) de acordo com seu valor ou importância relativa.

3. METODOLOGIA

A área de estudo é o município de Parnaíba, como mostra a Figura 2, que está localizado no estado do Piauí, região Nordeste do Brasil. Considerada a segunda cidade mais populosa do estado, Parnaíba exerce significativa influência socioeconômica sobre os municípios do litoral piauiense, sendo polo regional de comércio, serviços, turismo e atividades industriais de pequeno porte (Da Silva, 2013). Segundo IBGE (2022) a população do município no último Censo é 162.159 habitantes com uma densidade demográfica de 371,15 habitantes por km².

Figura 1 – Localização de Parnaíba no Piauí

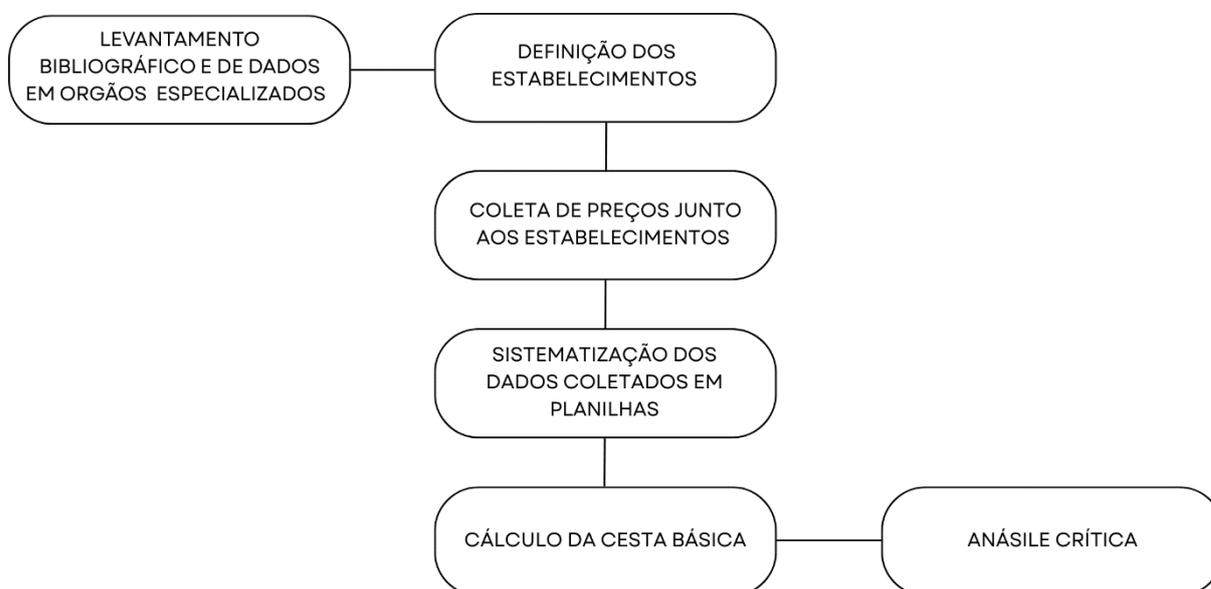


Fonte: Elaboração própria, com base em dados da CEPRO 2021.

A metodologia adotada, neste trabalho, é mista, combinando aspectos qualitativos e quantitativos. No aspecto qualitativo, a pesquisa envolverá a leitura e análise crítica de artigos acadêmicos e relatórios que discutem sobre a inflação, a composição e variação dos preços da cesta básica, bem como o impacto do salário mínimo nas condições de vida da população. Esse levantamento bibliográfico permitirá fundamentar a discussão e embasar teoricamente a pesquisa.

Já no aspecto quantitativo, serão utilizadas informações secundárias e primárias obtidas por meio de consultas a bases de dados de órgãos oficiais como o IBGE, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED-MTE), o DIEESE e visitas a estabelecimentos (supermercados). Esses dados serão essenciais para analisar as variações no custo da cesta básica e seu impacto sobre o salário mínimo e os gastos familiares. A consulta a esses órgãos permitirá obter dados atualizados e confiáveis sobre o comportamento dos preços, índices de inflação e outros indicadores econômicos relevantes para a pesquisa. Já a visita aos estabelecimentos (supermercados) permitirá a coleta de preços mensal para calcular o custo da cesta básica em Parnaíba. Na Figura 1, tem-se o fluxo geral da pesquisa:

Figura 2 – Fluxo geral da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Na etapa de coleta de preços junto aos estabelecimentos, o estudo foi realizado entre novembro de 2024 a maio de 2025, com o objetivo de analisar o custo da cesta básica em Parnaíba-PI, relacionando esse custo ao salário mínimo vigente nesse período.

No desenvolvimento da metodologia deste trabalho, dois estudos foram fundamentais para a base conceitual e a estruturação do modelo aplicado. O primeiro é o estudo da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, 2020) e o segundo é o estudo de Pimenta e Almeida (2023). O estudo da UEFS (2020) possui uma metodologia de levantamento e análise dos preços da cesta básica, realizada com base no Decreto-Lei 399/38. Essa metodologia envolve escolher estabelecimentos de forma planejada, coletar dados mensalmente e calcular a média dos preços dos produtos, e serviu como base para organizar a coleta e análise neste

estudo. Assim como no modelo adotado pela UEFS (2020), a pesquisa aqui desenvolvida segue um fluxo sistemático, com levantamentos mensais, tabulação e crítica de dados.

Já o estudo de Pimenta e Almeida (2023) por sua vez, destaca-se pelo uso de análises comparativas entre os custos da cesta básica em diferentes localidades e pela aplicação de indicadores como o número de horas trabalhadas necessárias para adquirir os itens básicos. Além disso, o trabalho destaca o impacto das variações no custo da cesta sobre o salário mínimo e o bem-estar do trabalhador e sua família. Essas abordagens foram adaptadas para o presente trabalho, especialmente na formulação dos objetivos de análise da relação entre o custo da cesta básica e o poder de compra das famílias. Logo, a integração das contribuições dos dois trabalhos proporcionou uma metodologia robusta e adequada para atender aos objetivos propostos.

Para análise da cesta básica em Parnaíba-PI, tem-se as etapas descritas a seguir.

Etapa 1: Definição dos estabelecimentos

O número de estabelecimentos, objeto da pesquisa de preços da cesta básica em Parnaíba, foi definido considerando a representatividade dos estabelecimentos, segundo o porte e atividades (mercado, padaria e açougues) e a distribuição espacial regiões/ bairros. Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Base inicial: listagem de estabelecimentos existentes no município
- 2) Filtragem da base inicial considerando:
 - 2.1) pesquisa no Google Maps sobre localização de estabelecimentos nos bairros da cidade
 - 2.2) o porte dos estabelecimentos, seja varejo ou atacado
- 3) Visita aos estabelecimentos e especificação de produtos (medidas) com o coleta de preços via Google Planilha
- 4) Sistematização dos dados

Ao final dos procedimentos acima descritos a amostra totalizou 4 estabelecimentos, distribuídos nos bairros Frei Higino, Reis Veloso, São Benedito e Sabiazal. A escolha desses locais considerou, além dos critérios técnicos mencionados, a facilidade de acesso e deslocamento da pesquisadora até os mercados, fator importante para a realização da coleta de preços mensal. Também se buscou garantir uma representatividade geográfica, com mercados localizados em bairros distintos da cidade. Adicionalmente, optou-se por selecionar apenas os estabelecimentos

que reunissem, em um mesmo local, as seções necessárias à composição da cesta básica, como açougue e padaria.

Essa escolha visou garantir abrangência e praticidade na coleta, assegurando que todos os alimentos que compõem a cesta básica pudessem ser encontrados no mesmo local, promovendo uniformidade nos critérios de comparação de preços e viabilidade logística da pesquisa de campo. Com a amostra de estabelecimentos definida, a pesquisa segue o seguinte fluxo: coleta de preços junto aos estabelecimentos, realizada entre os meses de novembro de 2024 a maio de 2025, exceto em janeiro que, por questões logísticas, não houve coleta de dados.

Etapa 2: Definição da Cesta Básica

No Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, já mencionado anteriormente, são apresentados os dados da Ração Essencial Mínima mensal (Cesta Básica), que define os produtos componentes da cesta, assim como suas respectivas quantidades diferenciadas por região. Os produtos da cesta foram selecionados com base nos valores nutritivos determinados, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo suficientes para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto.

Parnaíba, local do estudo, faz parte da Região 2, que abrange os estados de Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão. Na Região 2 (Quadro 2), a Ração Essencial Mínima (Cesta Básica) é composta por 12 produtos, a saber: feijão, arroz, farinha de mandioca, pão, carne, leite, açúcar, banana, óleo, manteiga, tomate e café. As respectivas quantidades de cada produto, segundo as regiões, estão discriminadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Alimentos regionais e valores produtivos da Região 2

Alimentos	Região 2	Nacional
Carne	4,5 kg	6 kg
Leite	6 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,6 kg	3 kg
Farinha	3 kg	1,5 kg
Batata	-	6 kg
Legumes (tomate)	12 kg	9 kg

Pão francês	6 kg	6 kg
Café em pó	300 g	600 g
Frutas (banana)	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3 kg	3 kg
Banha/óleo	750 kg	1,5 kg
Manteiga	750 g	900 g

Fonte: Brasil, 1938. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Etapa 3: Cálculo do Valor da Cesta

O levantamento, a sistematização dos preços e cálculo da Cesta Básica no município de Parnaíba segue os procedimentos metodológicos definidos pelo DIEESE, (2009) em conjunto com a SEI/UEFS (2020).

Assim, o cálculo da cesta básica envolve os seguintes procedimentos:

A) Cálculo do preço médio dos produtos

- i) coleta dos preços dos produtos nos estabelecimentos;
- ii) sistematização dos preços dos produtos, segundo o menor preço e o maior preço por estabelecimento;
- iii) cálculo do preço médio de cada um dos 12 produtos da cesta.

Exemplo:

Preço médio do produto i do preço 1 (menor) por estabelecimento $= \bar{X}_{i1} = \frac{1,33+1,33+1,33+1,29}{4} = 1,32$

Preço médio do produto i do preço 2 (maior) por estabelecimento $= \bar{X}_{i2} = \frac{1,55+1,85+1,89+1,39}{4} = 1,67$

Preço médio do produto i = por estabelecimento $\bar{X}_i = \frac{1,32+1,67}{2} = 1,49$

Logo, de acordo com o exemplo, o preço médio do produto i, no mês, é igual a 1,49 reais.

B) cálculo do valor da cesta básica

O Valor da Cesta Básica (VCB) é calculado por meio do somatório das multiplicações entre o valor médio do preço de cada item e a quantidade de cada item que compõe a cesta básica

(Equação 1), conforme determinado pelo Decreto-Lei 399 de 30 de abril de 1938 que estabelece a ração essencial mínima.

$$VCB = \sum_{i=1}^{12} (\bar{X} \times \omega_i)$$

Em que,

\bar{X} é o preço médio do produto i , e ω_i é o fator de conversão do produto.

Dessa forma, o valor mensal da cesta básica em Parnaíba-PI será obtido com base na média dos preços praticados nos 4 estabelecimentos selecionados, refletindo o custo real dos alimentos da cesta básica durante o período analisado.

Etapa 4: Análise crítica

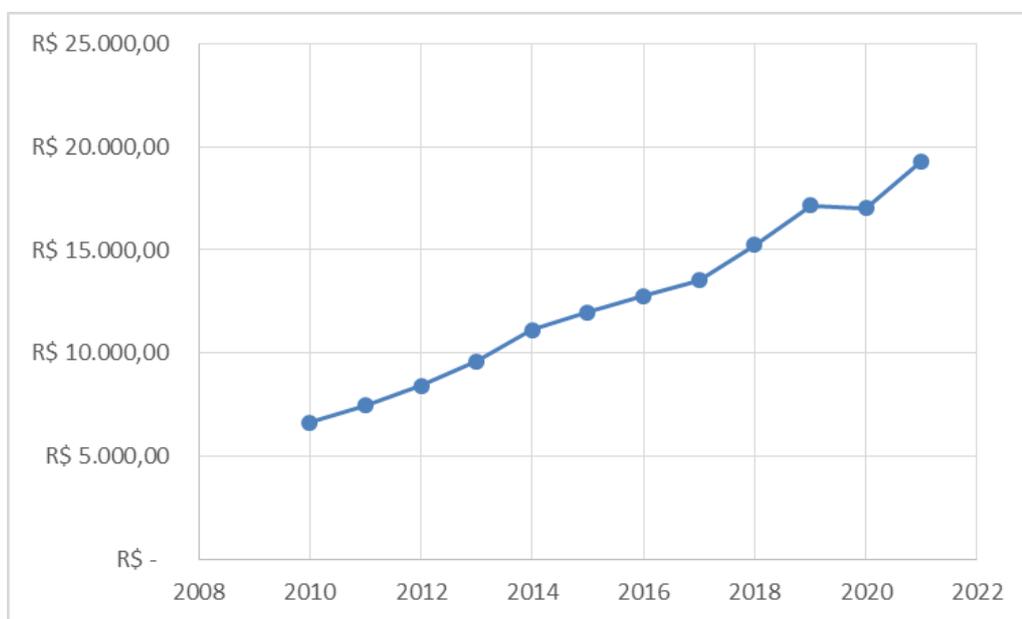
A análise crítica envolve a interpretação dos dados coletados de acordo com os objetivos propostos. Nessa etapa, busca-se não apenas apresentar os valores da cesta básica e compará-los ao salário mínimo vigente, mas, sobretudo, compreender os impactos concretos desses dados na vida das famílias parnaibanas. A partir disso, será possível discutir até que ponto o valor do salário mínimo vigente é suficiente para garantir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família em Parnaíba, conforme estabelece a Constituição Federal.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização da área de estudo

A economia de Parnaíba, apresenta indicadores que confirmam sua relevância regional, embora ainda enfrente limitações estruturais. De acordo com dados do IBGE (2022), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município em 2021⁴ foi de R\$ 19.296,04. Ao longo da última década, o PIB per capita demonstra uma trajetória de crescimento consistente (Gráfico 1), passando em torno de R\$ 6.000,00 em 2010 para aproximadamente R\$ 20.000,00 em 2021. Essa trajetória apresenta apenas uma pequena estagnação entre 2019 e 2020, devido a possivelmente um reflexo dos impactos da pandemia da COVID-19 na economia local.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto per capita de Parnaíba, 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria, adaptado com dados do IBGE, 2022.

Já comparando Parnaíba com municípios de porte semelhante em outras regiões do Brasil, como Sobral (CE) com PIB per capita de R\$25.396,38 ou Mossoró (RN) R\$26.570,03, dessa forma verifica-se que Parnaíba tem um desempenho econômico inferior, o que evidencia que Parnaíba se desenvolve mais lentamente do que outros municípios semelhantes (IBGE,2022). Nesse contexto, a promoção da diversificação econômica, o incentivo à valorização do setor industrial e a expansão das áreas de tecnologia e inovação configuram-se

⁴ Últimos dados do PIB, divulgados pelo IBGE.

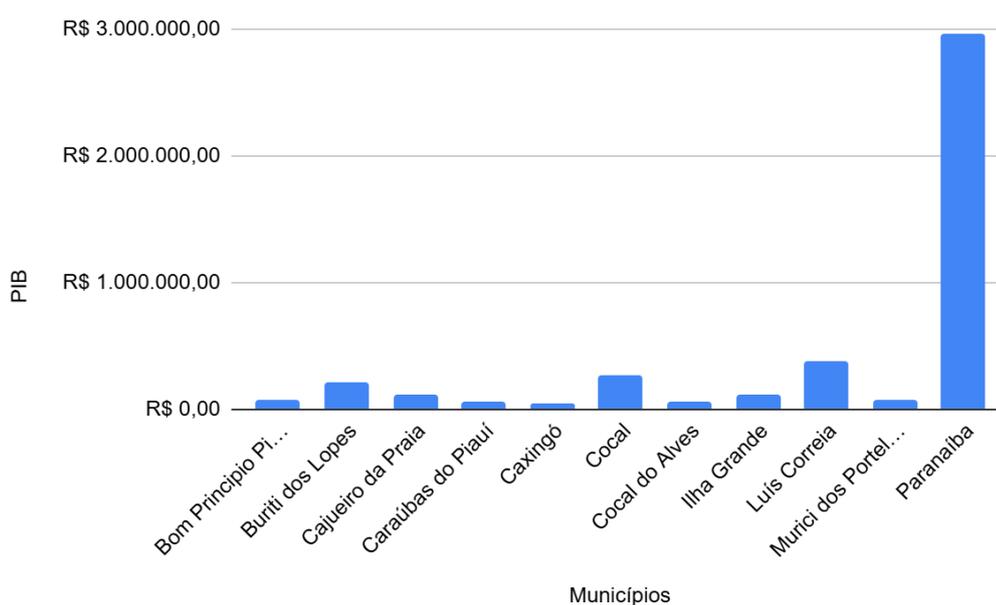
como estratégias promissoras para o incremento da competitividade local nos próximos anos.

Em termos de comparação estadual, Parnaíba ocupa a 27ª posição entre os 224 municípios do Piauí, e a 3.221ª entre os 5.570 municípios brasileiros. Esses números destacam a importância econômica do município no contexto estadual, especialmente considerando sua participação ativa nos setores de comércio, serviços e turismo, que são os principais vetores de geração de renda e emprego na região (IBGE, 2022).

Apesar do expressivo volume de arrecadação registrado em 2023 — totalizando R\$ 652.196.819,03 em receitas realizadas e R\$ 645.562.649,50 em despesas empenhadas — o município de Parnaíba ainda apresenta elevada dependência de transferências intergovernamentais (IBGE, 2023). As receitas externas representaram 78,88% das receitas correntes brutas, posicionando o município na 200ª colocação no ranking estadual de autonomia fiscal e na 3.893ª posição no cenário nacional (IBGE, 2023).

O PIB de Parnaíba é estimado em aproximadamente R\$3 milhões, sendo sua composição majoritariamente concentrada no setor de serviços, que responde por 83,64% do total. Em sequência, destacam-se as participações da indústria (13,57%) e da agropecuária (2,79%), conforme Piauí (2021). Parnaíba lidera a região litorânea do Piauí (Gráfico 2), com um PIB muito superior aos demais municípios analisados. Os municípios vizinhos apresentam valores bastante inferiores em comparação a Parnaíba, o que confirma seu papel como centro econômico regional e também destaca a concentração das atividades produtivas.

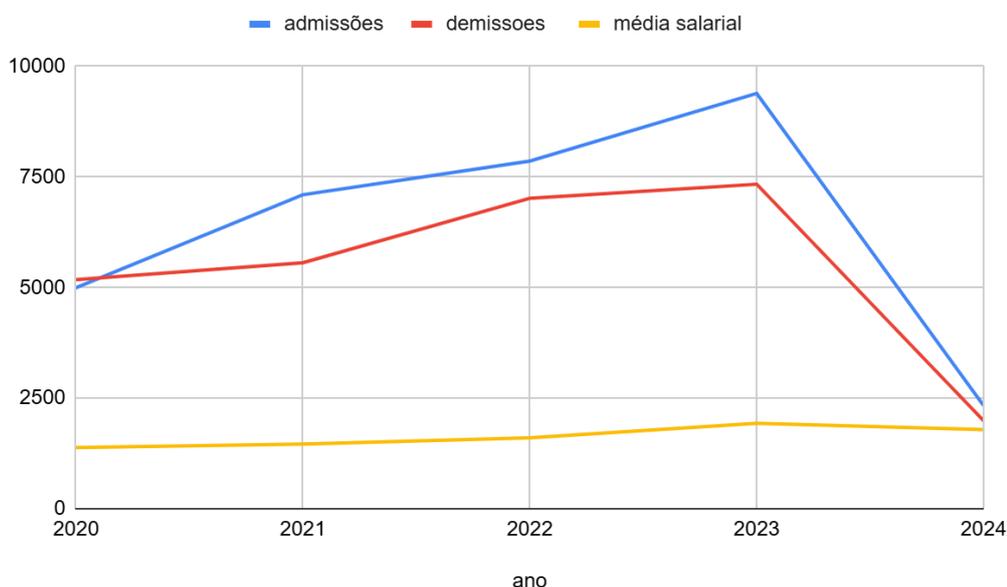
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto per capita por municípios, 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria, adaptada com dados do Piauí, 2021.

Em Parnaíba, os dados do mercado de trabalho entre 2020 e 2024 (Gráfico 3) mostram uma evolução no número de admissões formais, que passaram de 4.994 em 2020 para 9.388 em 2023, com um leve recuo em 2024. No mesmo período, também se observa um crescimento contínuo na média salarial, que saiu de R\$ 1.380,64 em 2020 para R\$ 1.930,49 em 2023, embora tenha sofrido uma leve queda para R\$ 1.786,64 em 2024 (Piauí, 2024). Apesar do aumento nas admissões e nos salários, o nível de demissões ainda é alto, o que impacta diretamente a estabilidade financeira das famílias. A queda brusca nas admissões, demissões e na média salarial em de 2023 para 2024 pode ser explicada por um cenário de desaceleração econômica local, associado à redução de políticas de incentivo ao emprego e à instabilidade no mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Admissões, demissões e média salarial de Parnaíba de 2020 a 2024



Fonte: Elaboração própria adaptado com dados do Piauí, 2024.

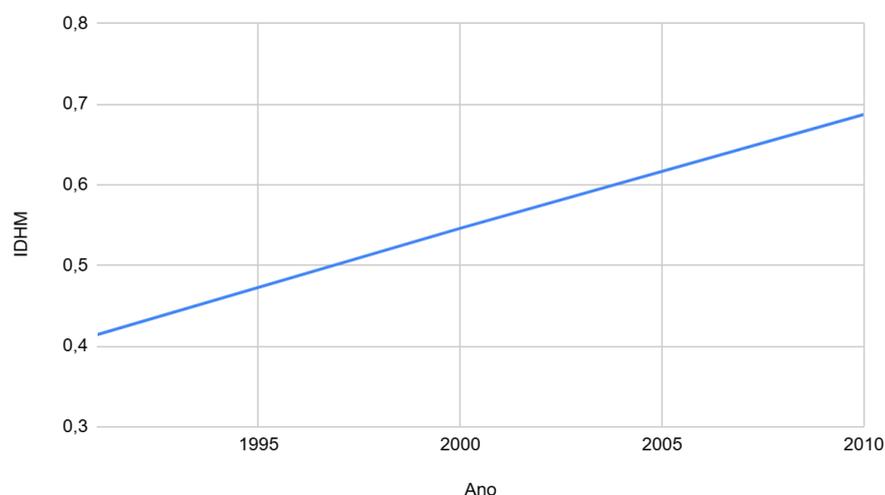
Como destaca a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o acesso a alimentos adequados depende não apenas da disponibilidade de alimentos, mas também da capacidade econômica da população de adquiri-los com regularidade. Assim, a oscilação nas taxas de emprego e o nível salarial local afetam diretamente a segurança alimentar, principalmente entre os grupos mais vulneráveis.

De acordo com o IBGE (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Parnaíba apresentou um crescimento significativo nas últimas décadas, como

mostra o Gráfico 4, refletindo melhorias nas condições de vida da população. Em 1991, o índice da cidade era de aproximadamente 0,414, avançando para cerca de 0,546 no ano de 2000 e atingindo 0,687 em 2010.

Esse crescimento contínuo ao longo do tempo comprova melhorias importantes nas áreas de educação, longevidade e renda, que compõem o índice. No entanto, é importante ressaltar que, embora Parnaíba se destaque dentro do contexto estadual do Piauí, ainda apresenta defasagens quando comparada a municípios de mesmo porte em estados mais desenvolvidos do país.

Gráfico 4 – IDHM de Parnaíba



Fonte: Elaboração própria, adaptado com dados do IBGE, 2010.

Os indicadores educacionais são relevantes, embora Parnaíba ainda enfrente desafios em termos de qualidade e abrangência do ensino. Em 2010, a taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos era de 97,5%, que reflete em um bom nível de acesso à educação básica (IBGE, 2010). No entanto, quando comparada com outros municípios, Parnaíba ocupava apenas a 128ª posição entre os 224 do estado do Piauí e a 2.904ª entre os 5.570 do Brasil, indicando assim, que ainda havia espaço para avanços, sobretudo no que se refere à permanência e à qualidade do ensino.

Já em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principal indicador da qualidade da educação no país, aponta que em 2023 Parnaíba alcançou a média de 5,5 nos anos iniciais do ensino fundamental e 5,2 nos anos finais, ambos na rede pública (IBGE,

2024). No âmbito estadual, esses valores colocaram o município nas posições 88^a e 42^a, respectivamente (IBGE, 2024). Esses números mostram que, apesar do acesso quase universal à educação no ensino fundamental, há uma lacuna quanto à qualidade, especialmente nos anos iniciais.

Quanto aos atrativos do município, Parnaíba se destaca como um dos principais destinos turísticos da região Nordeste, integrando a renomada Rota das Emoções — que também abrange Jericoacoara (CE) e os Lençóis Maranhenses (MA). Oferecendo uma combinação de belezas naturais, patrimônio histórico e manifestações culturais. Um dos maiores atrativos da cidade é o Delta do Parnaíba, considerado o único delta em mar aberto das Américas e o terceiro maior do mundo. Um dos pontos altos dos passeios pela região é a revoada dos guarás, que proporcionam um espetáculo natural no pôr do sol. Outro atrativo é o Porto das Barcas, conjunto arquitetônico do século XVIII localizado às margens do Rio Igarauçu. Originalmente usado para atividades comerciais, o local foi restaurado e hoje funciona como centro cultural e turístico, reunindo lojas de artesanato, restaurantes e também agências que organizam passeios pelo delta e região (Parnaíba, 2025).

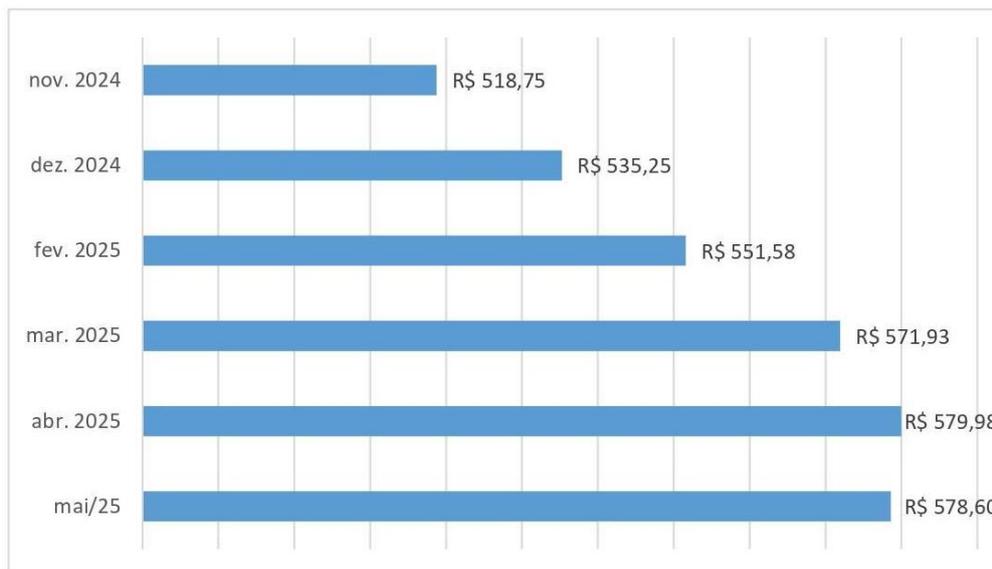
Já a Praia da Pedra do Sal, a única do município, é muito frequentada tanto por banhistas quanto por praticantes de esportes como kitesurf e surf, e é também ponto de contemplação do pôr do sol e da beleza natural da costa piauiense. No centro, a Praça da Graça e a Igreja Nossa Senhora das Graças compõem o coração histórico e religioso da cidade. A Praça Santo Antônio, por sua vez, é uma das mais antigas de Parnaíba e abriga o Monumento do Centenário da Cidade. Esses atrativos demonstram o potencial turístico de Parnaíba e a cidade se consolida, assim, como um importante polo turístico do Piauí e do Brasil, com capacidade para receber visitantes durante todo o ano (Parnaíba, 2025).

4.2 Custo da cesta básica em Parnaíba e o impacto no salário mínimo

Durante a coleta mensal dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica, após seu cálculo, observou-se um aumento contínuo no valor da cesta, saindo de R\$ 518,75 em novembro de 2024 para R\$ 578,60 em maio de 2025, obtendo-se então, uma alta acumulada de aproximadamente 11,5% em apenas seis meses, como mostra o Gráfico 5. Essa elevação impacta diretamente a vida das famílias de baixa renda, que destinam uma parcela significativa do orçamento à alimentação, tendo em vista que essa cesta definida pelo DIEESE é calculada para atender às necessidades de apenas um trabalhador adulto por um mês, comprometendo assim, a capacidade das famílias de atender a outras necessidades essenciais como moradia,

transporte, saúde e educação.

Gráfico 5 – Valor da cesta básica de Parnaíba, novembro/2024 a maio/2025

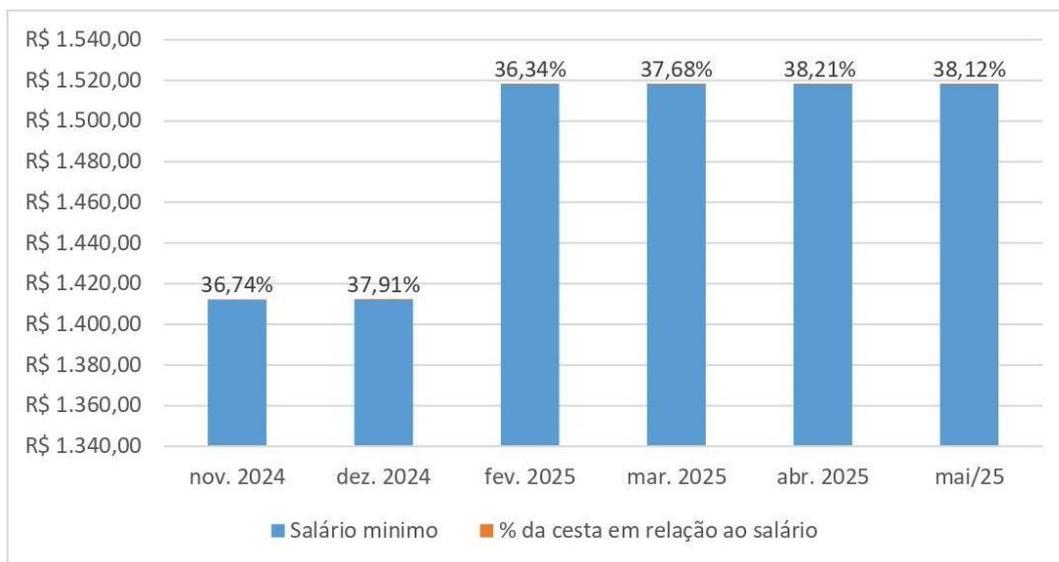


Fonte: Elaboração própria, com dados coletados, 2025.

A Constituição Federal garante o direito a um salário mínimo capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, conforme o Artigo 7º, inciso IV. No entanto, o gráfico evidencia que, na prática, esse direito não está sendo plenamente garantido, pois o custo da alimentação básica, para apenas um trabalhador adulto, consome mais de um terço da renda mensal mínima — e isso sem incluir gastos com gás de cozinha, energia, higiene e vestuário.

O Gráfico 6, complementa a análise do valor da cesta ao demonstrar como esse valor compromete uma parte significativa do salário mínimo ao longo dos meses. Mesmo após o reajuste em fevereiro (de R\$ 1.412,00 para R\$ 1.518,00), o alívio foi momentâneo: em fevereiro o comprometimento caiu para 36,34%, mas voltou a subir nos meses seguintes, chegando a 38,12% em maio. Essa oscilação evidencia que o reajuste não foi suficiente para absorver a inflação sobre os alimentos, e revela uma perda contínua do poder de compra, especialmente entre os trabalhadores que dependem exclusivamente do salário mínimo.

Gráfico 6 – Percentual da cesta básica de Parnaíba em relação ao salário mínimo

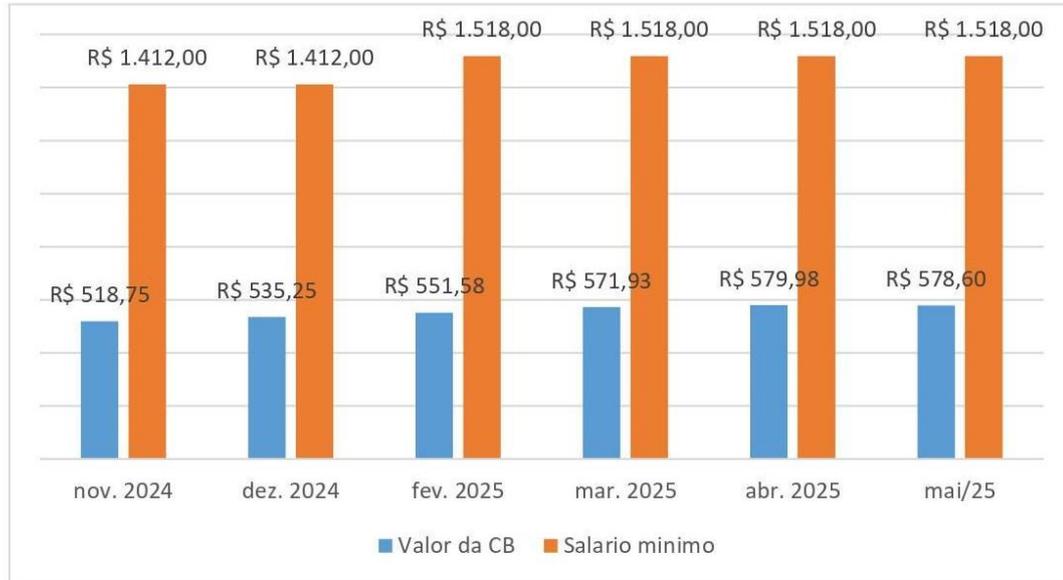


Fonte: Elaboração própria, com dados coletados, 2025

Os dados estimados pelo DIEESE, em janeiro de 2025, mostraram que a cesta básica comprometeu aproximadamente 56% do salário mínimo nacional, já os dados levantados localmente indicam percentuais inferiores nos meses seguintes, mesmo após o reajuste salarial. Em fevereiro, o comprometimento caiu, mas voltou a crescer nos meses seguintes, alcançando 38,21% em abril. Essa diferença pode ser explicada por fatores regionais, como a variação nos preços dos alimentos em Parnaíba em relação à média nacional.

Já o Gráfico 7, evidencia que, mesmo com aumento no salário mínimo, a elevação dos preços da alimentação compromete a real melhoria nas condições de vida da população. Na prática, o trabalhador que depende apenas do salário mínimo continua enfrentando dificuldades para atender suas necessidades básicas, contrariando o princípio constitucional do salário digno. Esse dado também fortalece o argumento de que o valor do salário mínimo deveria ser reajustado com base no custo da cesta básica e outros indicadores reais de subsistência, e não apenas pelo índice da inflação geral.

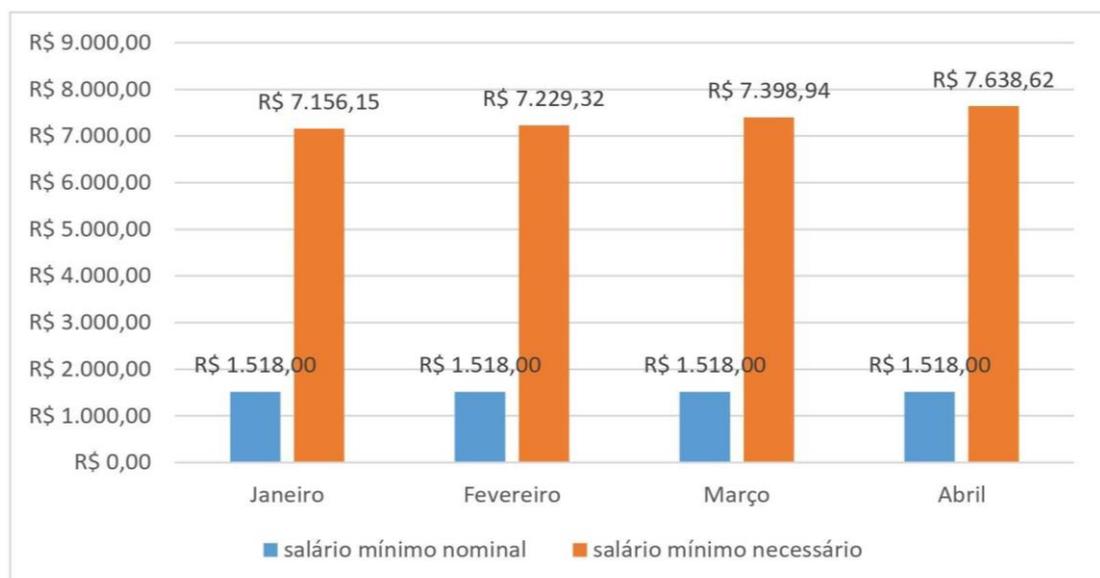
Gráfico 7 – Valor da cesta básica de Parnaíba em relação ao valor do salário mínimo



Fonte: Elaboração própria, com dados coletados, 2025.

Em paralelo, a análise do salário mínimo mostra-se um descompasso significativo entre o valor nominal que é recebido pelos trabalhadores e o valor necessário para cobrir as despesas básicas. Conforme ilustrado no Gráfico 8, de janeiro a abril de 2025, o salário mínimo nominal se manteve em R\$ 1.518,00, enquanto o salário mínimo necessário, calculado com base no custo real de vida, foi de R\$ 7.156,15 em janeiro, R\$ 7.229,32 em fevereiro, R\$ 7.398,94 em março e R\$ 7.638,62 em abril (DIEESE, 2025). Isso mostra que, em abril, por exemplo, o valor ideal para atender às necessidades de uma família brasileira foi aproximadamente 5 vezes maior do que o salário que de fato é pago. Essa diferença reforça que o salário mínimo não garante, de forma plena, a subsistência digna do trabalhador e de sua família.

Gráfico 8 – Salário mínimo nominal e necessário



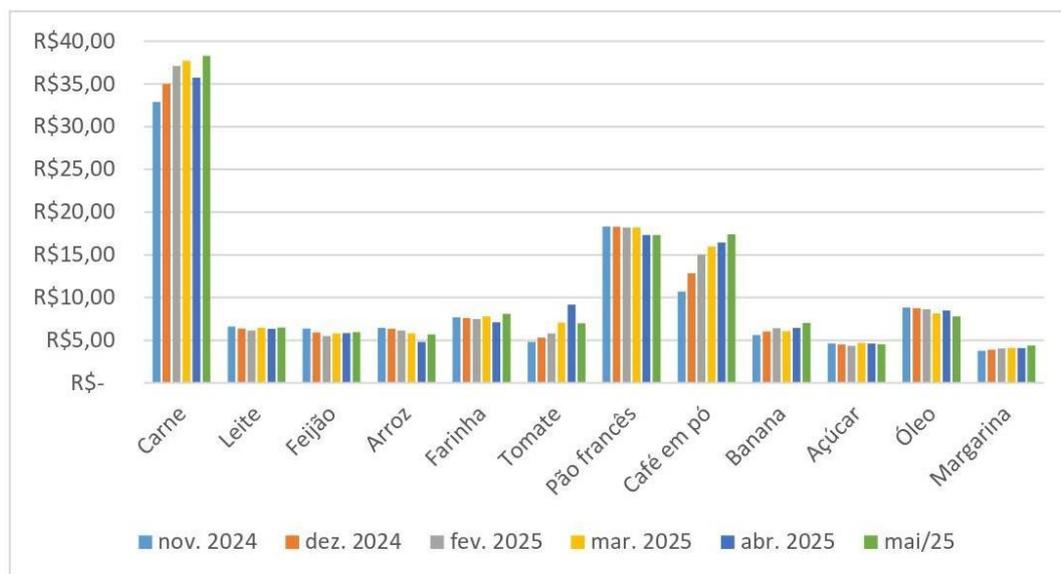
Fonte:Elaboração própria, adaptado com dados do DIEESE 2025.

No primeiro trimestre de 2025, o DIEESE (2025) também lançou os dados da inflação acumulada, que foi de 2,24%, segundo o ICV. Três dos dez grupos analisados apresentaram elevação acima da média geral: Educação e Leitura (6,01%), Transporte (3,60%) e Alimentação (3,32%). Os demais grupos registraram aumentos mais modestos ou até mesmo quedas nos preços, como Saúde (1,49%), Habitação (1,04%), Despesas Pessoais (0,64%), Equipamento Doméstico (0,35%), Despesas Diversas (-0,11%), Vestuário (-0,35%) e Recreação (-1,35%). Entre todos, o grupo Alimentação é particularmente significativo por seu peso na composição da cesta básica e por impactar diretamente o poder de compra do salário mínimo (DIEESE, 2025).

O grupo Alimentação, com aumento acumulado de 3,32%, apresentou comportamento diferente entre seus subgrupos. Os alimentos fora do domicílio, por exemplo, tiveram elevação de 4,98%, puxada por refeições principais (5,47%) e lanches (3,80%). Sobre os produtos industrializados subiram 2,78%, com destaque para o café, do qual o preço aumentou notáveis 27,10% (DIEESE, 2025). Já nos alimentos in natura e semielaborados, a inflação foi de 1,65%. Esses dados mostram que, embora alguns produtos essenciais tenham ficado mais acessíveis, muitos dos principais itens da alimentação básica ficaram consideravelmente mais caros, pressionando o orçamento familiar (DIEESE, 2025).

O Gráfico 9 demonstra a evolução dos preços médios dos itens da cesta básica no período analisado. Observa-se que o café foi o produto com maior variação de preço ao longo dos meses, passando de R\$ 10,69 para R\$ 17,39, revelando uma alta contínua e preocupante, especialmente por ser um item culturalmente presente no cotidiano das famílias, com um aumento superior a 62%. O preço do café subiu devido à seca que prejudicou a safra, à defasagem cambial e ao recorde nas exportações, elevando a cotação da saca de café arábica ao nível mais alto em 28 anos (CNN Brasil, 2025). Outro item com aumento expressivo foi o tomate, sendo o produto com a segunda maior variação de preço, passando de R\$ 4,79 em novembro de 2024 para R\$ 7,00 em maio de 2025, com um aumento superior de 46%. Essa elevação pode estar relacionada a fatores sazonais e à instabilidade na cadeia de abastecimento de hortaliças.

Gráfico 9 – Variação dos produtos na cesta básica de Parnaíba, novembro/2024 a maio/2025



Fonte: Elaboração própria, com dados coletados, 2025

Em contraste, produtos como arroz, feijão e açúcar apresentaram certa estabilidade ou até leve queda nos preços ao longo do período. O arroz, por exemplo, foi o item com maior queda de preço da cesta, com diminuição superior a 12%. O preço do arroz no Brasil diminuiu devido ao aumento da produção nacional, especialmente pela boa colheita no Rio Grande do Sul, e à melhora na oferta global, o que ampliou a disponibilidade do produto e reduziu seus preços(G1,2025).

Esse comportamento pode ser explicado por uma maior oferta no mercado ou controle de preços via safras mais favoráveis. A banana, por sua vez, apresentou uma elevação considerável no período, variando de R\$ 5,61 em novembro de 2024 para R\$ 7,01 em maio de 2025, conforme evidencia o gráfico. A carne bovina, apesar de se manter como o item mais caro da cesta, apresentou aumentos graduais mês a mês, passando de R\$ 32,91 para R\$ 38,30. Isso reforça seu peso significativo no custo final da cesta. Já itens como óleo, margarina, pão francês e leite mostraram variações menores, com oscilações mais estáveis e menos impactantes no valor total da cesta.

4.3 Segurança alimentar, políticas públicas e a composição da cesta básica

A segurança alimentar é um direito humano fundamental, garantido pela Constituição Federal do Brasil e regulamentado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006), conforme Fagundes et al. (2022). Tal Lei institui o Sistema Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que é uma plataforma intersetorial que envolve os três níveis de governo e a sociedade civil para garantir o direito à alimentação adequada e segura. O sistema integra ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a educação alimentar, visando promover uma alimentação saudável e acessível. Dessa forma, políticas como a PNSAN e o próprio SISAN têm atuado como estruturas de governança intersetorial para a promoção da alimentação adequada e saudável no país (Maluf; Zimmermann; Jomalinis, 2021).

Nesse sentido, a inflação nos preços dos alimentos afeta de forma mais intensa as famílias de baixa renda, que destinam grande parte de seu orçamento para a alimentação (Queen et al., 2024). A análise de Baccarin e Oliveira (2021) evidencia um ponto crucial para a discussão sobre segurança alimentar no Brasil: o impacto direto da inflação sobre o acesso à alimentação de qualidade. Quando os preços dos alimentos básicos aumentam de forma desproporcional em relação à renda da população, especialmente dos estratos mais pobres, há uma tendência de substituição de itens nutritivos por alternativas mais baratas e menos saudáveis. Essa escolha não é apenas uma questão de preferência, mas imposta pelas condições econômicas (Revoredo-Giha; Akaichi; Chalmers, 2019).

De acordo com o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Insegurança Alimentar Mundial, a insegurança alimentar severa no Brasil caiu 85% em 2023, um dado significativo que reflete os avanços das políticas públicas voltadas à segurança alimentar no país. Essa redução é um indicativo do impacto positivo de programas como o SISAN e ações intersetoriais, que têm contribuído para diminuir a fome e melhorar o acesso à alimentação (Berchin et al., 2019).

O Brasil conta com diversas políticas públicas, como mostra o Quadro 3, que reforçam a segurança alimentar, conforme destaca o Catálogo de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Iniciativas como o Bolsa Família que amplia o poder de compra de alimentos por parte das famílias de baixa renda, e os Restaurantes Populares ampliam o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, especialmente entre as populações mais vulneráveis (Araújo Palmeira; De Mattos; Salles-Costa, 2020). Essas iniciativas abrangem desde o fornecimento direto de alimentos até o fortalecimento da renda e da produção local. Juntas, essas medidas atendem diferentes dimensões da segurança alimentar: acesso, disponibilidade, estabilidade e uso dos alimentos.

Quadro 3 – Políticas, programas, benefícios, serviços e ações e o Sistemas usados

POLÍTICAS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS, SERVIÇOS E AÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO
Cadastro Único	2001
Programa Bolsa Família	2003
Programa Auxílio Gás	2021
Benefício de Prestação Continuada - BPC	1996
Programa Fomento Rural	2011
Programa Cisternas	2003
Programa de Aquisição de Alimentos	2023
Ação de Distribuição de Alimentos	2003
Entidades de Apoio e Acolhimento (Comunidades Terapêuticas)	2019
Programa Acredita no Primeiro Passo	2024
SISTEMAS	
Sistema Único de Assistência Social	2004
Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), 2025.

Entre as ações destacadas no Quadro 3, algumas se sobressaem pelo impacto direto na segurança alimentar. O Cadastro Único é a base para o acesso de famílias de baixa renda a diversos programas sociais. O Programa Cisternas contribui com o acesso à água em regiões semiáridas, essencial para o consumo e a produção de alimentos. O Programa de Fomento Rural apoia a agricultura familiar, promovendo alimentos saudáveis e fortalecendo a economia local. Já o Sistema Único de Assistência Social, organiza e integra essas ações em todo o país, garantindo que cheguem às populações que mais precisam.

Apesar dos avanços promovidos pelas políticas públicas no enfrentamento à fome e na ampliação do acesso à alimentação, é importante também observar a qualidade dos alimentos consumidos no dia a dia da população. Tem-se a cesta básica, como um dos principais instrumentos utilizados para estimar o custo mínimo de alimentação e medir o poder de compra das famílias. No entanto, se faz necessário questionar se sua composição atende de forma adequada às necessidades nutricionais da população (Passos; Bernardi; Mendes, 2014).

Nesse contexto, considerando a composição da cesta básica da Região 2 analisada neste estudo, foi calculada a partir de Passos, Bernardi e Mendes (2014), o consumo médio diário dos alimentos que compõem a cesta, conforme mostra a Tabela 1. A Tabela 1 apresenta as quantidades mensais e diárias dos alimentos que compõem a cesta básica da Região 2, expressas em gramas, unidades ou mililitro conforme o alimento. Esses dados serviram de base para a estimativa do consumo médio per capita diário, desenvolvida a partir do estudo de Passos, Bernardi e Mendes (2014). Embora a Tabela 1 não apresente os nutrientes de forma direta, as quantidades diárias ali descritas permitiram a comparação com as recomendações de ingestão dietética de 2010 (Dietary Reference Intake - DRI) por meio dos valores das estimativas do requerimento médio (Estimated Average Requirement - EAR), possibilitando uma reflexão sobre a adequação nutricional da cesta básica em relação às necessidades de um adulto saudável.

Tabela 1 – Quantidade per capita dos alimentos da população brasileira da Região 2, conforme a Cesta Básica

PRODUTO	QUANTIDADE MENSAL DECRETADA	QUANTIDADE DIÁRIA
Carne	4,5 kg	150g
Leite	6 l	200ml
Feijão	4,5 kg	150g
Arroz	3,6 kg	120g
Farinha	3 kg	100g
Legumes (tomate)	12kg	400g
Pão francês	6 kg	200g
Café em pó	300 g	10g
Frutas (banana)	90 und	3 und
Açúcar	3 kg	100g
Banha/óleo	900 ml	30ml
Manteiga	750 g	25g

Fonte: Elaboração própria, adaptado com dados do trabalho de Passos, Bernardi e Mendes (2014)
Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Com base nos parâmetros encontrados no estudo de Passos, Bernardi e Mendes (2014), observa-se que a cesta básica brasileira — cuja composição se mantém relativamente semelhante entre as regiões — fornece um valor energético total elevado, ultrapassando as 3.700 kcal por dia. Esse valor quase dobra as 2.000 kcal indicadas como referência para adultos saudáveis, segundo o Ministério da Saúde (2006). Os carboidratos e as proteínas somaram valores adequados, porém próximos ao limite mínimo para o consumo de ambos os sexos, segundo a EAR. Os carboidratos representam 45,14% dentro da faixa ideal de 45% a 65% e as proteínas 10,43% também dentro da faixa ideal de 10% a 35% (Passos; Bernardi; Mendes, 2014). Já os lipídios (gorduras) com 44,42% encontram-se acima da faixa ideal de 20% a 35% (Passos; Bernardi; Mendes, 2014).

No que se refere aos micronutrientes, os valores obtidos em relação ao ferro, zinco e fósforo, se mostraram adequados no consumo de ambos os sexos. O valor da vitamina C estava adequado, porém só em relação ao sexo feminino, para o masculino estava 5,11% abaixo do

recomendado. Por fim, o cálcio e a vitamina A se encontraram com valores abaixo do recomendado para o consumo de ambos os sexos (Passos; Bernardi; Mendes, 2014). Dessa maneira a análise mostra que, apesar das políticas públicas de segurança alimentar, a estrutura da cesta básica ainda segue um modelo desatualizado diante das atuais necessidades nutricionais e alimentares

Para Amparo-Santos e Diez-Garcia (2021), alinhar a PNSAN à educação alimentar é essencial para garantir práticas alimentares mais saudáveis e seguras. Criada em 1938, a cesta básica mudou pouco, sem acompanhar as transformações nos hábitos de vida, na saúde da população e nas orientações nutricionais atuais. O excesso de calorias, junto à falta de micronutrientes como cálcio e vitamina A, mostra que a cesta básica fornece energia, mas não qualidade nutricional suficiente para a saúde (Santana; Sarti, 2020). Por isso, é preciso revisar sua composição com base em saúde pública, diversidade alimentar e inclusão social, para que a cesta básica atenda de forma mais justa e eficaz às necessidades da população.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar a viabilidade do salário mínimo para a aquisição da cesta básica em Parnaíba-PI, considerando os aspectos econômicos e nutricionais relacionados à segurança alimentar da população. Os resultados obtidos permitem afirmar que, ao longo do período analisado (novembro de 2024 a maio de 2025), o salário mínimo vigente não foi suficiente para atender plenamente às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, conforme determinado pela Constituição Federal.

Durante a análise mensal dos preços da cesta básica, verificou-se que aproximadamente 40% do salário mínimo foi comprometido com apenas a aquisição dos produtos alimentares essenciais. Esse percentual elevado indica que, mesmo destinando quase metade da renda familiar para a alimentação, restaria apenas uma parcela reduzida para as demais despesas indispensáveis, como moradia, saúde, transporte e educação. Além disso, é importante ressaltar que o valor da cesta básica calculada pelo DIEESE corresponde às necessidades alimentares de apenas uma pessoa adulta. Assim, para famílias compostas por mais membros, como ocorre na maioria dos lares brasileiros, o custo total com alimentação seria ainda maior, agravando a vida financeira dos trabalhadores.

Ao comparar o salário mínimo vigente com o necessário estimado pelo DIEESE no mesmo período, observou-se que o valor ideal para suprir todas as necessidades básicas foi, aproximadamente, cinco vezes superior ao salário efetivamente recebido. Isso demonstra que a renda recebida está muito abaixo do que aquela que seria necessário para garantir uma vida digna.

A partir dos dados coletados em Parnaíba, foi possível observar algumas particularidades locais que agravam o quadro de insegurança alimentar. Produtos como café, tomate e carne — alimentos consumidos no dia a dia — apresentaram aumentos expressivos no período analisado, aumentando ainda mais o impacto da alimentação no orçamento das famílias. Embora alguns produtos, como arroz e feijão, tenham demonstrado estabilidade ou leve queda, essas variações não foram suficientes para compensar o encarecimento de outros alimentos essenciais.

Já no que diz respeito à segurança alimentar, destaca-se que o simples acesso a uma cesta básica não garante, por si só, a alimentação adequada. A análise nutricional mostrou que, embora a cesta básica forneça uma quantidade alta de calorias e carboidratos, ela não consegue oferecer, na mesma proporção, nutrientes que também são importantes para a saúde, como cálcio e vitamina A, o que pode prejudicar a qualidade da alimentação a longo prazo. Dessa forma, mesmo quando há acesso aos alimentos, a qualidade nutricional da dieta ainda não

atende plenamente aos princípios de uma alimentação saudável, o que compromete o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto pela Constituição Federal.

Políticas públicas existentes, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Cisternas e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, exercem papel relevante na promoção da segurança alimentar, principalmente ao atender famílias com menores condições financeiras e maior dificuldade de garantir uma alimentação adequada. No entanto, diante das condições econômicas observadas em Parnaíba, torna-se evidente que essas políticas precisam ser regularmente fortalecidas e atualizadas para garantir não apenas o acesso aos alimentos, mas também qualidade e adequação nutricional.

Os dados coletados permitiram compreender como a renda influencia o acesso à alimentação e à segurança alimentar, evidenciando a importância de políticas públicas mais eficazes para assegurar uma alimentação adequada e condições dignas de vida para os trabalhadores. Nesse sentido, os resultados obtidos mostram que, analisando a realidade de Parnaíba, o salário mínimo não é suficiente para cobrir os custos básicos de alimentação e garantir as condições de vida mínimas previstas na legislação brasileira, principalmente, para as famílias de baixa renda que vivem apenas com um salário mínimo.

O trabalho apresentou algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A primeira delas refere-se ao número reduzido de estabelecimentos pesquisados, o que pode limitar a representatividade dos preços para todo o município de Parnaíba. Apesar da escolha selecionada dos mercados, a amostra ainda é limitada em relação ao universo total de pontos de venda na cidade. Além disso, a janela temporal da coleta de dados contempla apenas parte do ano, não permitindo avaliar variações sazonais completas, como as ocorridas em meses de maior demanda. A ausência de coleta em janeiro de 2025, por motivos logísticos, também gerou uma lacuna pontual na análise.

Diante dessas limitações, sugerem-se estudos futuros que permitam ampliar a amostra de estabelecimentos e incluam mais bairros, especialmente da zona rural ou periférica; e, realizar a coleta de preços ao longo de um ano completo, a fim de captar variações com maior precisão. Essas investigações poderão complementar e aprofundar os achados deste estudo, contribuindo para o aprimoramento das políticas voltadas à segurança alimentar e ao reajuste do salário mínimo com base em realidades locais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO PALMEIRA, P. de; MATTOS, R. de; SALLES-COSTA, R. Governança da segurança alimentar promovida pelo governo nacional em nível local: um estudo de caso no Brasil. **Segurança Alimentar**, v. 12, p. 591-606, 2020.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid-19: continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v. 28, e021002, 2021.

BALK, B. M. Does there exist a relation between inflation and relative price-change variability? The effect of the aggregation level. **Economics Letters**, v. 13, n. 2-3, p. 173-180, 1983.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BERCHIN, I. *et al.* The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil, **Land Use Policy**, 2019.

BOARETTO, G.; GOMES DA SILVA, C. O. Inflation and price variability in Brazil: a time-varying parameter approach. **Economics Bulletin**, v. 38, p. 1947-1956, 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 399**, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapa da fome da ONU**: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023, 3 abr. 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Gov.br, 2025. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 6 maio 2025.

CARVALHO, B. S. Curva Phillips novo keynesiana, custo marginal e expectativa de inflação no Brasil. 2009. 92 f. **Dissertação** (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

CEPRO. Superintendência. **RELATÓRIO PIB MUNICÍPIOS**. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202312/CEPRO27_6b5f66f624.pdf. Acesso em: 22 de maio. 2025

CHOI, C. Y. Reconsidering the relationship between inflation and relative price variability. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 42, n. 5, p. 769-798, 2010.

CNN BRASIL. **Valor do café sobe para nível mais alto em 28 anos, aponta levantamento.** São Paulo: CNN Brasil, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/valor-do-caffe-sobe-para-nivel-mais-alto-em-28-anos-aponta-levantamento/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

DA SILVA, M. M. M. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí.** 2013.

DIEESE. **Análise do Índice do Custo de Vida** – Março de 2025, 2025. Informações sobre variações no custo de vida com base em dados mensais. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseicv/2025/202503analiseicv.html>. Acesso em: 7 maio 2025.

DIEESE. **Boletim negociação - Nº 50 - Os reajustes salariais de outubro de 2024 - novembro/2024.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2024/boletimnegociacao50.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário, 2025.** Análise mensal do DIEESE sobre o valor do salário mínimo necessário para suprir as necessidades básicas de uma família. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 7 maio 2025.

DIEESE. **Salário Mínimo: instrumento de combate à desigualdade.** São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2010/SMinstrumentoCombateDesigualdade.html>. Acesso em: 9 abr. 2025.

FAGUNDES, A. *et al.* Public infrastrucutre for food and nutrition security in Brazil: fulfilling the constitutional commitment to the human right to adequate food. **Food Security**, v. 14, p. 897-905, 2022.

FIORENCIO, A.; MOREIRA, A. R. B. O núcleo da inflação como a tendência comum dos preços. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, abr./jun. 2002.

FISCHER, S.; HALL, R. E.; TAYLOR, J. B. Relative shocks, relative price variability, and inflation. **Brookings Papers on Economic Activity**, n. 2, p. 381-441, 1981.

G1. **Preço do arroz despensa no Brasil, mas milho representa risco para inflação, dizem analistas.** G1, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2025/03/26/preco-do-arroz-despenca-no-brasil-mas-milho-representa-risco-para-inflacao-dizem-analistas.gh.html>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: análise financeira do período 1990–2005.** 2006. Dissertação (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

GENUINO, G. N. M.; OLIVEIRA, Raul A. C. O custo da alimentação básica em Cáceres-MT: uma análise de inflação. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, 2025.

GOMES FILHO, S. A.; BRUM, G. R. A inflação nossa de cada dia: o levantamento em Osório de preço dos alimentos que compõem a cesta básica em comparação com Porto Alegre. In: MOSTRA DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA DO CAMPUS OSÓRIO (MoExp), 2022, Osório. **Anais Osório**: IFRS, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Parnaíba – Panorama, 2025**. Página com informações demográficas, econômicas e sociais do município. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>. Acesso em: 2 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Parnaíba (PI) Cidades e Estados, 2025**. Informações oficiais sobre o município, como economia, geografia e infraestrutura. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/parnaiba.html>. Acesso em: 2 maio 2025.

LEMOS, Luiza H. S. D. **Perspectivas históricas sobre o agravamento da extrema pobreza no Brasil**. 2021. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. Indicadores econômicos. Coleção Gestão Empresarial, **Gazeta do Povo**, Curitiba, p. 27-41, 2002.

MALUF, R.; ZIMMERMANN, S.; JOMALINIS, E. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2021.

MANKIW, N. G. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: **Editora LTC**, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. A economia brasileira diante da crise mundial: fragilidades e perspectivas de crescimento. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 2, p. 6-21, 2013.

MILLS, F. C. Behavior of prices. **National Bureau of Economic Research**, 1927.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Tabela Brasileira de Composição de Alimentos – TACO. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – NEPA/UNICAMP, 2011. 161 p. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/tabela-brasileira-de-composicao-de-alimentos_taco_2011.pdf. Acesso em: 9 mai. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. 1. ed. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2006. 210 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). Documenta Wiki – Plataforma de documentação de programas e indicadores sociais. 2025. Disponível em: <https://wiki-sagi.cidadania.gov.br/en/home/DS>. Acesso em: 6 mai. 2025.

- NETO, P. C. F. B. **O sistema de metas para a inflação: uma avaliação empírica da experiência brasileira**. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PARKS, R. W. Inflation and relative price variability. **Journal of Political Economy**, v. 86, n. 1, p. 79-95, 1978.
- PARSLEY, D. Inflation and relative price variability in the short and long run: new evidence from the United States. **Journal of Money, Credit, and Banking**, v. 28, p. 323-341, 1996.
- PASSOS, K. E. dos; BERNARDI, J. R.; MENDES, K. G. Análise da composição nutricional da cesta básica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1623-1630, maio 2014.
- PIAUI. **Dados Econômicos**. Observatório de Dados do Piauí. Disponível em: <<https://dados.seplan.pi.gov.br/observatorio/dados-economicos/>>. Acesso em: 20 de maio. 2025.
- PIMENTA, J. T.; ALMEIDA, W. F. de. Custo da cesta básica de alimentos em Divinópolis/MG: um estudo sobre o nível de preços em 2021. **E-Acadêmica**, v. 1, p. e0241405, 2023.
- PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. cap. 18, p. 339-364.
- PORTAL CORREIO. REDAÇÃO. Cesta básica já compromete mais da metade do novo salário mínimo. 4 jan. 2025. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/cesta-basica-ja-compromete-mais-da-metade-do-novo-salario-minimo/>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. Pontos turísticos, 2025. Página institucional com descrição dos principais atrativos turísticos da cidade. Disponível em: <https://parnaiba.pi.gov.br/phb/pontos-turisticos/>. Acesso em: 5 maio 2025.
- QUEEN, A. *et al.* Analyzing economic inflation's impact on food security and accessibility through econometric modeling. **GSC Advanced Research and Reviews**, 2024.
- REVOREDO-GIHA, C.; AKAICHI, F.; CHALMERS, N. Trading on Food Quality due to Changes in Prices: Are There Any Nutritional Effects? **Nutrients**, v. 12, 2019.
- SANTANA, A. B. C. S.; SARTI, F. M. Avaliação dos indicadores de aquisição, disponibilidade e adequação nutricional da cesta básica de alimentos brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 4001-4012, out. 2020.
- SOUZA, N. de J. de. Inflação e desenvolvimento econômico. In: A economia da inflação. 1. ed. Porto Alegre: **Ed. da Universidade/UFRGS**, 1992. p. 16-40.
- TRICHES, D.; FURLANETO, A. V. R. Análise comparativa dos indicadores que medem a inflação na economia brasileira. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 1(27), p. 179-200, 2005.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS). Nota Síntese: Projeto de Extensão - Conhecendo a Economia Feirense: o custo da cesta básica em Feira de Santana

/ Programa de Extensão: Conhecendo a economia feirense: custo da cesta básica e indicadores socioeconômicos. **Feira de Santana**, 2020. Acesso em: 11 out. 2024.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos da economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

APÊNDICE – VALORES DA CESTA BÁSICA DE PARNAÍBA, NOVEMBRO/2024 A MAIO/2025

Tabela 2 – Valor da cesta básica, Parnaíba, Novembro 2024

Produto	Preço médio	Quantidade Pesquisada	Quantidade decretada	Fator de conversão	Valor Total
Carne	32,91	1 kg	4,5 kg	4,5	148,095
Leite	R\$ 6,59	1 L	6 l	6	R\$ 39,51
Feijão	R\$ 6,36	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 28,62
Arroz	R\$ 6,46	1 kg	3,6 kg	3,6	R\$ 23,26
Farinha	R\$ 7,68	1 kg	3 kg	3	R\$ 23,04
Tomate	R\$ 4,79	1 kg	12kg	12	R\$ 57,48
Pão francês	R\$ 18,32	1 kg	6 kg	6	R\$ 109,92
Café em pó	R\$ 10,69	250 g	300 g	1,2	R\$ 12,83
Banana	R\$ 5,61	1dz	7,5dz	7,5	R\$ 42,08
Açúcar	R\$ 4,61	1 kg	3 kg	3	R\$ 13,83
Banha/óleo	R\$ 8,84	900 ml	900 ml	1	R\$ 8,84
Manteiga	R\$ 3,76	250 g	750 g	3	R\$ 11,27
Valor total da cesta					518,75

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em campo, 2024

Tabela 3 – Valor da cesta básica, Parnaíba, dezembro 2024

Produto	Preço médio	Quantidade Pesquisada	Quantidade decretada	Fator de conversão	Valor Total
Carne	R\$ 35,00	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 157,50
Leite	R\$ 6,37	1 L	6 l	6	R\$ 38,20
Feijão	R\$ 5,92	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 26,63
Arroz	R\$ 6,33	1 kg	3,6 kg	3,6	R\$ 22,77
Farinha	R\$ 7,58	1 kg	3 kg	3	R\$ 22,75
Tomate	R\$ 5,30	1 kg	12kg	12	R\$ 63,54
Pão francês	R\$ 18,26	1 kg	6 kg	6	R\$ 109,55
Café em pó	R\$ 12,86	250 g	300 g	1,2	R\$ 15,43
Banana	R\$ 6,01	1dz	7,5dz	7,5	R\$ 45,06
Açúcar	R\$ 4,48	1 kg	3 kg	3	R\$ 13,44
Banha/óleo	R\$ 8,73	900 ml	900 ml	1	R\$ 8,73
Manteiga	R\$ 3,89	250 g	750 g	3	R\$ 11,66
Valor total da cesta					R\$ 535,25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em campo, 2024

Tabela 4 – Valor da cesta básica, Parnaíba, fevereiro 2025

Produto	Preço médio	Quantidade Pesquisada	Quantidade decretada	Fator de conversão	Valor Total
Carne	R\$ 37,09	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 166,88
Leite	R\$ 6,15	1 L	6 l	6	R\$ 36,89
Feijão	R\$ 5,48	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 24,65
Arroz	R\$ 6,16	1 kg	3,6 kg	3,6	R\$ 22,19
Farinha	R\$ 7,48	1 kg	3 kg	3	R\$ 22,45
Tomate	R\$ 5,80	1 kg	12kg	12	R\$ 69,57
Pão francês	R\$ 18,20	1 kg	6 kg	6	R\$ 109,17
Café em pó	R\$ 15,03	250 g	300 g	1,2	R\$ 18,03
Banana	R\$ 6,41	1dz	7,5dz	7,5	R\$ 48,04
Açúcar	R\$ 4,35	1 kg	3 kg	3	R\$ 13,04
Óleo	R\$ 8,62	900 ml	900 ml	1	R\$ 8,62
Manteiga	R\$ 4,02	250 g	750 g	3	R\$ 12,05
Valor total da cesta					R\$ 551,58

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em campo, 2025

Tabela 5 – Valor da cesta básica, Parnaíba, março 2025

Produto	Preço médio	Quantidade Pesquisada	Quantidade decretada	Fator de conversão	Valor Total
Carne	R\$ 37,74	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 169,84
Leite	R\$ 6,45	1 L	6 l	6	R\$ 38,72
Feijão	R\$ 5,80	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 26,09
Arroz	R\$ 5,81	1 kg	3,6 kg	3,6	R\$ 20,92
Farinha	R\$ 7,80	1 kg	3 kg	3	R\$ 23,39
Tomate	R\$ 7,05	1 kg	12kg	12	R\$ 84,65
Pão francês	R\$ 18,20	1 kg	6 kg	6	R\$ 109,20
Café em pó	R\$ 15,97	250 g	300 g	1,2	R\$ 19,16
Banana	R\$ 6,07	1dz	7,5dz	7,5	R\$ 45,49
Açúcar	R\$ 4,68	1 kg	3 kg	3	R\$ 14,03
Óleo	R\$ 8,14	900 ml	900 ml	1	R\$ 8,14
Manteiga	R\$ 4,11	250 g	750 g	3	R\$ 12,32
Valor total da cesta					R\$ 571,93

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em campo, 2025

Tabela 6 – Valor da cesta básica, Parnaíba, abril 2025

Produto	Preço médio	Quantidade Pesquisada	Quantidade decretada	Fator de conversão	Valor Total
---------	-------------	-----------------------	----------------------	--------------------	-------------

Carne	R\$ 35,74	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 160,85
Leite	R\$ 6,34	1 L	6 l	6	R\$ 38,04
Feijão	R\$ 5,83	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 26,23
Arroz	R\$ 4,82	1 kg	3,6 kg	3,6	R\$ 17,36
Farinha	R\$ 7,09	1 kg	3 kg	3	R\$ 21,26
Tomate	R\$ 9,15	1 kg	12kg	12	R\$ 109,74
Pão francês	R\$ 17,32	1 kg	6 kg	6	R\$ 103,92
Café em pó	R\$ 16,44	250 g	300 g	1,2	R\$ 19,72
Banana	R\$ 6,45	1dz	7,5dz	7,5	R\$ 48,36
Açúcar	R\$ 4,62	1 kg	3 kg	3	R\$ 13,85
Óleo	R\$ 8,47	900 ml	900 ml	1	R\$ 8,47
Manteiga	R\$ 4,07	250 g	750 g	3	R\$ 12,20
Valor total da cesta					R\$ 579,98

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em campo, 2025

Tabela 7 – Valor da cesta básica, Parnaíba, maio 2025

Produto	Preço médio	Quantidade Pesquisada	Quantidade decretada	Fator de conversão	Valor Total
Carne	R\$ 38,30	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 172,35
Leite	R\$ 6,48	1 L	6 l	6	R\$ 38,87
Feijão	R\$ 5,95	1 kg	4,5 kg	4,5	R\$ 26,76
Arroz	R\$ 5,67	1 kg	3,6 kg	3,6	R\$ 20,42
Farinha	R\$ 8,10	1 kg	3 kg	3	R\$ 24,30
Tomate	R\$ 7,00	1 kg	12kg	12	R\$ 84,05
Pão francês	R\$ 17,32	1 kg	6 kg	6	R\$ 103,94
Café em pó	R\$ 17,39	250 g	300 g	1,2	R\$ 20,87
Banana	R\$ 7,01	1dz	7,5dz	7,5	R\$ 52,56
Açúcar	R\$ 4,52	1 kg	3 kg	3	R\$ 13,55
Óleo	R\$ 7,80	900 ml	900 ml	1	R\$ 7,80
Manteiga	R\$ 4,38	250 g	750 g	3	R\$ 13,14
Valor total da cesta					R\$ 578,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados em campo, 2025